

Arqueologia da Arquitectura: perspectivas metodológicas

Raquel Santos

Mestre em Arqueologia pela Universidade do Algarve

Introdução e objectivos

O trabalho aqui apresentado resulta da dissertação de mestrado subordinada ao tema “Arqueologia da Arquitectura. Perspectivas metodológicas”, defendida na Universidade do Algarve em Fevereiro de 2011. Pretendia-se acima de tudo, contribuir para a difusão, desenvolvimento e consolidação desta disciplina em clara expansão, que se crê fundamental para o estudo e conhecimento do património edificado, um objectivo que serve também o presente artigo, onde se sistematiza a metodologia aplicada em diferentes contextos.

Pretendeu-se elaborar um ponto da situação dos conhecimentos actuais na área da Arqueologia da Arquitectura (AA), definindo-se o seu conceito, as disciplinas acessórias e a metodologia aplicável. Recolheram-se exemplos de metodologia especialmente desenvolvida para intervenções no âmbito da AA, tanto em Portugal como no estrangeiro, observando as suas vantagens bem como a sua aplicabilidade a casos diversos. Estes dados, em conjunto com a análise de dois casos de estudo, permitiram a criação de um modelo metodológico de trabalho, baseado nas metodologias implementadas, seus problemas e mais-valias, adaptações sofridas pelo método de trabalho consoante o tipo de sítio e/ou intervenção e suas condicionantes específicas.

O conceito de Arqueologia da Arquitectura

A crescente complexidade das questões científicas e das diversas abordagens teóricas relacionadas com os contextos arqueológicos, ocasionaram o desenvolvimento de disciplinas acessórias da Arqueologia, ou suas vertentes, que pretendem focar-se em aspectos específicos do registo arqueológico. São os casos da Arqueologia da Paisagem, da Arqueologia Industrial, da GeoArqueologia, da ZooArqueologia, da EtnoArqueologia, da Arqueometria, da Arqueologia Pré-Histórica, da Arqueologia Medieval, da Arqueologia Cognitiva, da Arqueologia Experimental, como também da AA. Na realidade, serão as novas vertentes especializadas na Arqueologia Medieval e na Arqueologia Industrial as grandes impulsionadoras da AA, uma vez que o desenvolvimento da primeira aponta para um maior foco de atenção nos conjuntos edificados e não tanto nos sítios arqueológicos soterrados, estando a segunda na base da inclusão de edifícios industriais no âmbito arqueológico, abrindo o campo da Arqueologia potencialmente a qualquer edifício de raiz pré-contemporânea (PALMER e NEARVERSON, 1998). É

também com a Arqueologia Industrial que assistimos a uma chamada de atenção para os conceitos de património cultural e património histórico, que se tornam muito mais abrangentes.

Ora, sendo uma vertente da Arqueologia, uma ciência que estuda o conjunto de vestígios materiais deixados pelo Homem, a AA é, no seu sentido mais amplo, a disciplina através da qual se elabora a História de um edifício. Na prática, consiste na aplicação da metodologia arqueológica ao estudo de um edifício histórico¹, considerado ele próprio como vestígio arqueológico e parte integrante da cultura material de uma comunidade (MAÑANA BORRAZÁS, *et alii*, 2002, p. 32). Tradicionalmente, o edifício histórico é interpretado segundo um ponto de vista formal, estético e meramente descritivo, próprio da Arquitectura ou História de Arte, onde se utilizam fontes escritas e iconográficas, bem como paralelos estilísticos na análise. A AA adiciona a estes métodos uma metodologia “mais rigorosa, mais crítica”, “mais ampla e mais complexa” (RAMALHO, 2002, p. 19), baseando-se no próprio edifício (MANNONI e BOATO, 2002, pp. 39-53) e tornando-se um instrumento de análise rigoroso na investigação do património construído, podendo conduzir a uma reinterpretação dos edifícios à luz de novos dados. Na realidade, no âmbito da AA o edifício deixa de ser visto como modelo de determinada tipologia ou aspecto formal, para passar a definir-se como objecto histórico, pluriestratificado e pluritipificado.

O conceito de AA é abrangente, podendo abarcar leituras estratigráficas de alçados, análise de materiais construtivos, propostas de intervenção no âmbito de projectos de conservação e restauro ou reabilitação, análises arqueométricas, estudos sociais, de espacialidade e de utilização de áreas internas, ou outros estudos de carácter geral, efectuados sobre áreas e cronologias específicas, bem como, a título de exemplo, a investigação na área das marcas de canteiro, marcas de ferragens e de carpinteiro, estudos cromológicos, etc. O trabalho em AA, tendo os seus métodos e técnicas próprios, não requer apenas a multidisciplinaridade das equipas, mas também uma interdisciplinaridade efectiva e o domínio de diversos conceitos, sendo o mais abrangente deles a análise estratigráfica, que se baseia no estudo de um conjunto de camadas sequenciais, com a finalidade de apurar os processos que as formaram. A análise estratigráfica é também aplicada à leitura paramental, uma análise e descrição de cada uma das superfícies visíveis de uma construção vertical, que se assumem igualmente como camadas estratigráficas, cuja construção ocorreu em diferentes momentos.

No decurso de uma intervenção em AA surgirão ainda conceitos como Arqueometria, intimamente ligada à Cronotipologia e à Mensiocronologia. A

¹ Segundo Caballero Zoreda, o conceito de “edifício histórico” pressupõe a existência de um edifício construído ao longo do tempo, sujeito a remodelações e transformações, pluriestratificado e pluritipológico, que funcione como documento histórico e simbólico, que constitua uma fonte para a História, a História de Arte e a Arquitectura (CABALLERO ZOREDA, 2009).

Fotogrametria, constitui uma ferramenta útil no registo arqueológico, assim como os levantamentos de *laserscanner*².

Desta forma, o arqueólogo que trabalha sobre património edificado interpreta processos construtivos através da sua própria estratificação, utilizando a análise estrutural e evolutiva, a arqueometria, as cronologias relativas e absolutas obtidas e a cultura material para traçar a história evolutiva do edifício, dos materiais e técnicas de construção e extrapolando os dados para a interpretação dos aspectos sócio-culturais que lhe deram origem.

O objectivo da Arqueologia da Arquitectura

Sendo o objecto de estudo da AA o edifício, o conjunto edificado ou, mais especificamente, os elementos estratificados existentes na sua construção (LÓPEZ MULLOR, 2002, p. 159), observamos que o seu propósito mais lato será o registo da sequência temporal e histórica desse objecto e consequente produção de conhecimento histórico.

Poderemos reflectir na presença de vários tipos de objectivos gerais numa intervenção de AA: por um lado, o objectivo científico, de produção de conhecimento; por outro, o objectivo social, de transmissão desse mesmo conhecimento; e, finalmente, um objectivo prático, de conservação e manutenção dos elementos detentores de informação ainda presentes.

Mas outros objectivos mais específicos poderão também ser atingidos empregando a sua metodologia: (1) conhecer a evolução arquitectónica presente num determinado edifício; (2) a configuração e funcionalidade dos seus diversos espaços; (3) as técnicas e materiais empregues em diferentes zonas e diferentes épocas ou até mesmo (4) esclarecer, comprovar ou refutar hipóteses de interpretação fornecidas pelos dados de uma intervenção no subsolo ou por fontes documentais e/ou iconográficas.

A AA funciona ainda como complemento a uma intervenção dita “tradicional” no espaço de um edifício (FONTES, 2006, pp. 44-55), na medida em que fornece novos dados, que não seriam observáveis nos níveis arqueológicos de subsolo, mas que fazem parte do conjunto em análise.

² O *laserscanner* é um aparelho que, embora dispendioso, tem vindo a ser cada vez mais utilizado em Arqueologia e, principalmente, junto dos profissionais de AA, uma vez que permite a digitalização tridimensional de um espaço ou estrutura, utilizando para tal diversos varrimentos de *scanner*, em ângulos diferentes, que poderão ter vários níveis de pormenor (desde o centímetro ao quilómetro) e de resolução (desde os 5mm) (PIRES, 2009). Vide também estudo comparativo em MAÑANA BORRAZÁS, RODRÍGUEZ PAZ e BLANCO-ROTEA, 2008, acerca de levantamentos efectuados por *laserscanner*, aparelho que terá sido útil na representação, na análise, na interpretação, na criação de resultados e ainda na reconstituição virtual do sítio.

As dificuldades e mais-valias

Como disciplina de criação recente que é, verifica-se ainda a escassez de estudos e intervenções na área da AA. Tal facto deve-se à resistência ainda verificada no que concerne à sua aplicação, quer por razões económicas, de prazo disponível, de competências dos profissionais de Arqueologia e outros envolvidos, ou tão-somente devido a falta de divulgação e informação.

Por outro lado, uma intervenção deste tipo requer a participação de uma equipa multidisciplinar, com formação adequada e competências tão diversas como a Arqueologia, a História, a História de Arte, a Arquitectura, a Arquitectura Paisagista, a Engenharia, a Geografia, a Conservação e Restauro, a Fotografia, a Topografia, a Informática, entre outras. Do trabalho conjunto de todos os intervenientes no processo resultará certamente um manancial de dados, mais ou menos complexo consoante a própria complexidade e dimensão do edifício em estudo, o qual deverá posteriormente ser organizado, tratado e interpretado com vista à sua apresentação, num processo que é muitas vezes moroso e intrincado. Mas da falta de cooperação e do trabalho individual de cada profissional resulta frequentemente a apresentação de projectos incompletos e deficitários. Não só a equipa deverá trabalhar em conjunto e em contacto permanente, como também o arqueólogo deverá entrar em campo em tempo útil e o mais cedo possível. Desde a abertura de sondagens de diagnóstico, ao acompanhamento da implementação das medidas de conservação e restauro, o trabalho do arqueólogo deverá ser permanente. O atraso no início dos trabalhos arqueológicos ou a redução do tempo disponível para a intervenção arqueológica, que amiúde se inicia aquando dos trabalhos de construção, irão necessariamente implicar a adaptação da metodologia ao prazo disponível. Tanto mais que muitas vezes, por motivos maioritariamente de tempo ou financeiros, se estipulam áreas restritas para a intervenção arqueológica, quer através de sondagens diagnóstico, sejam elas no subsolo ou nas paredes, quer através da selecção de determinadas áreas para estudo. Ora, tal como um sítio arqueológico escavado por sondagens, um edifício cuja análise parietal seja restrita a algumas áreas, nunca se poderá considerar completamente estudado ou conhecido.

A AA apresenta-se ainda como uma ciência não destrutiva, sendo apenas baseada na observação das estruturas. Se numa escavação no solo a identificação das unidades estratigráficas implica a sua própria destruição, na análise parietal não (CABALLERO ZOREDA, 2006, pp. 36-37), uma vez que, pela própria natureza do edifício, podemos sempre observar a extensão dos contextos construídos senão na totalidade pelo menos em parte. A actividade destrutiva num contexto de AA baseia-se somente na remoção de rebocos, pinturas e outros revestimentos, feita sequencialmente e com método arqueológico, devendo estas camadas ser registadas e incluídas na micro-estratigrafia do edifício.

Tanto a vertente da AA como a arqueologia do subsolo fornecem diferentes tipos de dados, razão pela qual se deverão empregar em conjunto e não isoladamente, complementando-se entre a análise estratigráfica do edificado e do subsolo e entre a análise dos materiais construtivos e dos materiais arqueológicos recolhidos no seu contexto estratigráfico horizontal (CABALLERO ZOREDA, 2002, p. 98; FRANCOVICH e BIANCHI, 2002, pp. 101-111). O sítio arqueológico é constituído tanto pelas construções históricas que se elevam acima do solo, como pelos depósitos arqueológicos sob ele, sendo ambos consequência de uma mesma génese histórica (MAÑANA BORRAZÁS, *et alii*, 2002, p. 19). De uma forma geral, a AA permite criar modelos interpretativos rigorosos, contornando a visão subjectiva que sempre marcou parte dos estudos em História da Arte e da Arquitectura (RAMALHO, 2002, pp. 23). Por outro lado, ela possibilita também uma nova perspectiva sobre os edifícios, abrindo um novo leque de potencialidades daí decorrentes.

Na rede complexa de dados adquiridos numa intervenção de AA, onde por vezes a própria complexidade do edifício se torna um factor que dificulta a análise, sucede muitas vezes perder de vista o objectivo fundamental de qualquer vertente da Arqueologia: conhecer o Homem, através dos seus vestígios (BROGILOLO, 2002, pp. 19-26). No caso, conhecer as pessoas que erigiram o nosso objecto de análise e aquelas que ali habitaram ou que dele usufruíram, que ali operaram modificações e transformações, o seu modo de actuação, as condições socioeconómicas em que viveram, a alteração dos seus hábitos e das suas necessidades, mas também, num sentido mais lato, outras construções que lhe estejam ligadas, transformações ocorridas na paisagem com a sua construção, etc.

O surgimento da disciplina na Europa e em Portugal

Foi em Itália que surgiram as primeiras tentativas de estudo do património edificado utilizando métodos da Arqueologia – aquilo a que Mannoni, já em 1990, pela primeira vez chamou Arqueologia da Arquitectura (BROGILOLO, 2002, pp. 19-26). Mas o conceito de integração de estruturas positivas no contexto arqueológico e na análise estratigráfica existe já desde a década de 70 em Itália, quando Carandini começou a desenvolver a sua metodologia, sendo definida mais tarde, na década de 80, por investigadores como Mannoni, Parenti e Doglioni (MAÑANA BORRAZÁS, *et alii*, 2002, p. 22). A partir daí, assistimos a uma lenta difusão do conceito em Espanha, Inglaterra, Holanda, Suíça e França, difundindo-se depois um pouco por toda a Europa e até noutras regiões do globo. A consciência da necessidade de um método de estudo e análise coerente e com resultados positivos em termos de apuramento de dados, que pudesse ser aplicado numa intervenção em Património Edificado, levou ao desenvolvimento desta disciplina. A partir daí, iniciou-se um esforço de uniformização das metodologias utilizadas, generalizando-se a aplicação

do método arqueológico e da estratigrafia à análise parietal das construções (RAMALHO, 2002, pp. 19-29).

Diversos investigadores, na sua maioria ligados a universidades ou centros de investigação, têm vindo a testar e aplicar metodologias. Em Itália, Tiziano Mannoni na Universidade de Génova, Roberto Parenti na Universidade de Siena, Gian Pietro Brogiolo na Universidade de Pádua, Francesco Doglioni na Universidade de Veneza e Fabio Gabbrielli na Universidade de Siena são alguns dos investigadores que se têm dedicado desde há décadas ao desenvolvimento de metodologias no âmbito da AA. Em Espanha, o seu grande pólo dinamizador é o Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), com base em Madrid, que conta com a colaboração de Luís Caballero Zoreda. O Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje do Instituto de Estudios Galegos Padre Sarmiento (CSIC – Xunta de Galicia), mais concretamente o seu *Laboratorio de Arqueoloxía*, dirigido por Felipe Criado é outro exemplo. O Grupo de Investigación en Arqueología de la Arquitectura da Universidade do País Basco, em Vitoria-Gasteiz, é dirigido por Agustín Azkarate Garai-Olaun e realiza cursos de formação, seminários e publicações sobre o tema. O Servei de Catalogació y Conservació de Monuments de la Diputació de Barcelona, dirigido por Antoni González Moreno-Navarro, bem como a equipa de López Mullor, na mesma cidade, promovem o rigor no tratamento do património arquitectónico e o rigor científico no conhecimento e análise do edifício. Miguel Tabales Rodríguez coordenou também alguns trabalhos neste âmbito a partir da Universidade de Sevilha, bem como Antonio Almagro Gorbea na Escuela de Estudios Árabes de Granada (CSIC); também Camilla Mileto e F. Vegas em Valência e Rebecca Blanco em Santiago de Compostela.

Em França, esta disciplina tem vivido com algumas dificuldades de afirmação, tal como acontece em tantos outros países. Não só não tem ainda a sua identidade bem definida, como carece de legislação adequada (DERIEUX, 2004, pp. 47-50). Não obstante, em Novembro de 2001 foi organizado o colóquio “L’archéologie du bâti: pour une harmonisation des méthodes”, que decorreu em Saint-Romain-en-Gal, demonstrando claramente a tendência para a divulgação da AA e seu enraizamento entre os profissionais de Arqueologia.

Na vizinha Suíça, a situação encontra-se bastante mais evoluída, uma vez que a disciplina tem feito parte integrante do desenvolvimento arqueológico do país. As primeiras intervenções que utilizaram metodologia da AA foram realizadas ainda nos anos 60 do século XX, por Hans Rudolf Sennhauser e Charles Bonnet. Actualmente, as intervenções arqueológicas e estudos históricos em património edificado são já mais ou menos sistemáticos (DERIEUX, 2004, pp. 47-50).

Na Grã-Bretanha existem estudos em AA no âmbito do IFA (Buildings Archaeology Group), bem como no MOLA (Museum of London Archaeology).

Ao nível internacional, o ICOMOS (Internacional Council on Monuments and Sites) tem vindo a desenvolver algum trabalho na área através do CIPA –

International Committee for Documentation of Cultural Heritage, um dos seus comités internacionais cujo principal objectivo é a melhoria dos métodos de levantamento de monumentos e sítios, defendendo que um monumento apenas poderá ser restaurado e protegido depois de totalmente documentado, fotografado e inserido no seu ambiente envolvente.

Com efeito, ainda que a AA tenha vindo a ser aplicada já desde a década de setenta em Itália e Espanha (QUIRÓS CASTILLO, 2002, pp. 27-38), é nos últimos anos do século XX e primeiros do século XXI que notamos um maior desenvolvimento, com o esforço de sensibilização das entidades competentes para esta matéria e o crescimento do número de intervenções arqueológicas neste âmbito.

Com a emergência destas novas metodologias e a sensibilização dos profissionais para a necessidade da sua aplicação prática, surgem também em Itália e Espanha alguns cursos universitários com cadeiras vocacionadas para o seu ensino, nomeadamente na área da Arqueologia, mas também da Arquitectura e da Conservação e Restauo. A partir da década de 90 surgem igualmente algumas publicações exclusivamente dedicadas a este tema, nomeadamente a “Archeologia dell’architettura”, publicada em Itália desde 1997 e a sua homónima “Arqueología de la Arquitectura”, publicada em Espanha desde 2002. Paralelamente, proliferam as publicações de intervenções arqueológicas em edifícios que recorrem aos métodos da AA e os encontros subordinados ao tema, que tentam difundir a sua metodologia, como é o caso, por exemplo, do Seminário Internacional de AA, realizado na cidade de Vitoria-Gasteiz, em Fevereiro de 2002.

No caso português, a AA começa em finais da década de 90 a dar os seus primeiros passos, contando já com alguns investigadores especializados, grande parte deles ligados ao antigo IPPAR (RAMALHO, 2004, pp. 145-153), hoje IGESPAR, I.P. ou à Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (FONTES, MACHADO e CATALÃO, 2004, pp. 173-183; FONTES, 2006, pp. 44-55), que tem apostado na formação de técnicos especializados. As primeiras intervenções em património edificado estiveram a cargo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais ou DGEMN e do Instituto Português do Património Cultural, ou IPPC. Algumas intervenções mais recentes, a cargo do ex-IPPAR e de algumas autarquias, incidiram sobretudo nos centros históricos das grandes cidades, assim como em intervenções pontuais, muitas vezes em edifícios classificados e essencialmente de arquitectura militar ou religiosa. Veja-se os exemplos de intervenções em conjuntos monásticos (RAMALHO, 2002, pp. 19-29; FONTES, 2005; FONTES, 2006, pp. 44-55) e edifícios religiosos (MELO, 2005, pp. 5-11; CABALLERO ZOREDA, ARCE e UTRERO, 2003, pp. 75-79). Na realidade, a primeira intervenção com metodologia própria da AA em Portugal ocorreu sob a direcção de Caballero Zoreda, na Igreja de São Gião da Nazaré (FONTES, 2006), em Janeiro de 2001, à qual se seguiram outras intervenções, nomeadamente em

conjuntos monásticos como o Mosteiro de Santo André de Rendufe (FONTES, 2002; FONTES, 2006), o Convento de São Francisco de Santarém (RAMALHO, 2005, pp. 10-11) ou a Casa Rural de Milreu (RAMALHO, 2004; ANDRADE e BERNARDES, 2004; TEICHNER, 2004; BASTOS, 2004). O projecto ibérico Arqueologia da Arquitectura Alto-Medieval na Estremadura, Astúrias e Portugal promoveu recentemente diversos trabalhos, na sua quase totalidade em edifícios de cariz religioso (CABALLERO ZOREDA, 2005, pp. 188-189).

É ainda de notar que, na sua esmagadora maioria estas intervenções são feitas num contexto de conservação e restauro do imóvel e não de estudo histórico e/ou arqueológico, da mesma forma que se verifica uma enorme escassez de estudos para épocas mais antigas, como por exemplo a islâmica, a romana ou mesmo a Pré-História recente. Na realidade, a quase inexistência de aplicação dos métodos da AA em contexto de escavação arqueológica (em grande parte devido à fraca difusão da disciplina junto dos arqueólogos, bem como das entidades competentes) tem como contraponto a proliferação de estudos acerca de património edificado de épocas recentes (Medieval e Moderna), em detrimento das construções e estruturas mais antigas. Não obstante, assistimos actualmente a um claro, embora lento, incremento deste tipo de intervenção também no seio das empresas que fornecem serviços de Arqueologia e que operam nos mais variados contextos arqueológicos.

No contexto de uma disciplina relativamente pouco difundida e ainda menos presente no campo de actuação das entidades que regem o património edificado, são de suma importância as publicações que contribuam para a divulgação dos trabalhos que têm vindo a ser efectuados. Hoje, são relativamente numerosas as intervenções arqueológicas em edifícios históricos, intervenções essas que não têm ainda a devida aceitação por parte das autoridades e, muitas vezes, por parte dos profissionais competentes. Daí que a difusão das suas metodologias, técnicas, problemáticas e conclusões, seja do máximo interesse, especialmente se puder contribuir para que as intervenções arqueológicas em património edificado possam atingir de forma generalizada todas as dimensões que lhe são devidas e não apenas a dimensão tradicional da Arqueologia do subsolo. A maioria dos estudos nesta área surge na revista "Património Estudos" e em algumas edições do antigo IPPAR, entidade que organizou também alguns encontros, como as Conferências do Património Arquitectónico - Análise Arqueológica da Arquitectura e Métodos de Registo, em Abril de 1999 e as Conferências do Património Arquitectónico - Registo, Interpretação e Critérios de Intervenção, em Setembro de 2005. Outras publicações incluem apenas pontualmente intervenções onde tenham sido aplicados os métodos e técnicas da AA.

O avanço desta disciplina deve-se em parte a uma nova consciência cívica e metodológica que orienta o investigador no sentido de proteger e realçar o património histórico e arqueológico, bem como de retirar o máximo de informação

possível do seu objecto de estudo, tendo para isso de empregar metodologias em permanente adaptação. Por outro lado, nota-se uma crescente aceitação e difusão da interdisciplinaridade da Arqueologia e da necessidade de intervenção de diferentes disciplinas no âmbito de um trabalho arqueológico. Por último, o recente desenvolvimento da AA terá sido decerto impulsionado pela proliferação de novas tecnologias que em muito auxiliam a sua aplicação e aperfeiçoamento. Ainda assim, estamos perante um contexto de clara dificuldade de integração da AA, não só como disciplina essencial numa intervenção de conservação e/ou reabilitação de edifícios históricos, mas também como auxiliar da Arqueologia em qualquer intervenção onde surjam estruturas ou construções. Urge difundir os seus métodos, a sua aplicabilidade, as suas mais-valias, numa tentativa de generalizar a sua utilização e poder assim usufruir de todos os dados que nos fornece. Estamos perante um panorama em que a AA tem já a sua identidade própria, com os seus métodos definidos, mas que ainda não está totalmente enraizada junto dos profissionais e das entidades competentes, sendo ainda necessária a sua aceitação e difusão junto destes; a sua inclusão como parte integrante das obras de conservação e restauro e das intervenções arqueológicas em edifícios através de legislação adequada e a definição do seu lugar como disciplina com métodos específicos. Requer ainda o devido reconhecimento social e que as universidades e outras instituições assumam o seu papel de formação de especialistas.

Metodologia aplicada em contexto de arqueologia da arquitectura

Uma das questões mais prementes acerca da AA é aquela que se prende com a metodologia a adoptar e com a forma de adaptação de uma metodologia ideal a casos diversos. Actualmente, esta disciplina sofre ainda de um problema de normalização de actuações, da falta de definição de uma metodologia ideal aceite e praticada pelos especialistas, cuja variabilidade se deverá encaixar entre certos parâmetros mínimos de produção de conhecimento científico e profissionalismo (CABALLERO ZOREDA, 2006, p.33-34).

Uma intervenção em AA terá sempre alguns elementos invariáveis: (1) um edifício, mais ou menos complexo, isolado ou inserido num conjunto edificado, bem conservado ou em ruína, que se mantém relativamente original ou profundamente alterado, intervencionado no seu todo ou apenas em parte; (2) uma equipa, formada por especialistas nas mais diversas áreas; (3) e um projecto de intervenção, com maior ou menor urgência, com maior ou menor verba, com vista a uma remodelação, a um projecto de conservação e restauro, à musealização de um local, abrangendo todo o edifício ou conjunto edificado ou dirigida a um espaço específico. Em qualquer dos casos, em qualquer conjugação de factores, a intervenção deverá obedecer a uma metodologia rigorosa que permita obter o máximo de informação com os meios disponíveis e perseguindo os objectivos iniciais.

Essa metodologia, sempre adaptável ao caso particular de cada intervenção, deverá basear-se em primeira análise no faseamento dos trabalhos, mas também no tipo e grau de precisão do estudo que se quer efectuar. Wevers, refere a possibilidade de existência de vários tipos de estudo no âmbito da AA, desde (1) o simples rastreio que consiste numa visita ao lugar seguida de pequena memória descritiva; passando por (2) uma descrição mais pormenorizada, antecedida de pesquisa bibliográfica e levantamento fotográfico até (3) um estudo completo e exaustivo, informado por levantamentos gráficos e fotográficos, bem como análises de materiais (WEVERS, 2002, pp. 135).

Métodos e instrumentos da Arqueologia da Arquitectura

Qualquer intervenção de AA poderá basear-se em diferentes métodos para atingir os seus objectivos, utilizando os seus próprios instrumentos de análise, indicadores e fontes, ferramentas auxiliares para a aplicação dos métodos de análise e criação dos modelos interpretativos. Todos os métodos constituem indicadores cronológicos relevantes e deverão ser utilizados em conjunto, cruzando-se os dados provenientes da sua análise.

O método de análise estratigráfica, utilizado mais frequentemente e desenvolvido adiante em capítulo próprio, utiliza como instrumentos indicadores directos como a estratigrafia de subsolo, a estratigrafia murária, as estruturas, o material arqueológico, etc. (CABALLERO ZOREDA, 2009; CABALLERO ZOREDA, 1997, pp. 457-468), proporcionando cronologias relativas para a análise do edifício. O método da tipologia irá basear-se em dados provenientes da tipologia ou cronotipologia de materiais e das análises tipológicas a elementos decorativos, construtivos, métodos e técnicas de construção, marcas de canteiro, talhes de pedra, utensílios e gestos, andaimes, traçarias – salas de risco e estaleiros, etc. O conhecimento das técnicas construtivas será aqui fundamental, uma vez que a técnica poderá ser um indicador cronológico, mas também funcional. A cronotipologia tem aqui um papel preponderante, pois a atribuição de tipologias aos elementos e sua georeferenciação sobre a planimetria do edifício (MAÑANA BORRAZÁS, *et alii*, 2002, p. 19), poderão estabelecer cronologias absolutas para esses mesmos elementos. O método documental serve-se de instrumentos como as fontes históricas, arqueológicas ou etnográficas (sejam escritas, orais, materiais, gráficas ou fotográficas), fornecendo igualmente datações absolutas ao modelo interpretativo do edifício. E o método arqueométrico utiliza a arqueometria e os métodos das ciências naturais que permitem efectuar análises geológicas, mineralógicas, físico-químicas, etc. (CABALLERO ZOREDA, 2009; CABALLERO ZOREDA, 1997, pp. 460).

Para além dos instrumentos próprios a cada um dos métodos de análise, existem ferramentas indispensáveis à sua aplicação (CABALLERO ZOREDA, 2009). Primeiramente, a documentação gráfica prévia à análise estratigráfica, de maior ou

menor qualidade e pormenor, que contenha plantas e alçados que retratem o edifício, completados posteriormente com os limites das unidades identificáveis. Depois, a documentação fotográfica e em seguida a leitura paramental do edifício, que pode ser detalhada ou expedita, total ou selectiva (de todas as unidades existentes ou apenas de um determinado paramento, sala, fase construtiva ou época) e permitirá a observação, diferenciação e identificação de unidades, descrevendo-se a sua posição e forma, constituintes, materiais, acções construtivas e relações estratigráficas (MAÑANA BORRAZÁS, *et alii*, 2002, p. 19). Todos esses dados estarão presentes em fichas de análise, ferramenta essencial para organizar a informação recolhida, que deverá incluir diversos descritores. Por fim, a AA utiliza ainda um instrumento mais lato: o diagrama final do edifício com todas as suas unidades, organizadas por actividades e fases e a base de dados onde se encontram compilados todos os dados obtidos.

Pesquisa prévia

Numa primeira fase, dever-se-á efectuar uma pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica acerca do sítio ou edifício, a qual permitirá ao arqueólogo travar conhecimento com o seu objecto de estudo e interiorizar os seus aspectos mais marcantes. As fontes utilizadas na pesquisa documental prévia poderão ser impressas ou de natureza tão diversa como gravuras, quadros e documentos manuscritos, mas também lendas e superstições acerca do edifício que viajaram oralmente através do tempo. São também uma ferramenta indispensável os processos de obra do edifício. Todos os tipos de fontes encontradas terão o seu interesse e serão passíveis de conter informação útil à intervenção arqueológica e posterior análise do edificado, tanto mais que poderão mesmo fornecer datações absolutas para determinados momentos de construção (MAÑANA BORRAZÁS, *et alii*, 2002, p. 20).

Levantamento e representação gráfica

Posteriormente, para iniciar o trabalho de análise parietal há que munir o arqueólogo das ferramentas necessárias: (1) levantamento gráfico, manual ou com auxílio de instrumentos electrónicos; (2) fotográfico, onde poderão ser utilizadas técnicas como a fotogrametria ou fotografia por infravermelhos e (3) topográfico, que permite uma georeferenciação exacta. Todos os levantamentos deverão ser pormenorizados e abarcar toda a área em estudo e serão o ponto de partida para a identificação e registo de unidades estratigráficas, elementos arquitectónicos e momentos construtivos, pelo que deverão ser elaborados com tanto pormenor quanto possível, nomeadamente representando fielmente os aparelhos construtivos, revestimentos, etc.

A representação gráfica do património construído deverá ter em conta não só o grau de pormenor necessário ao estudo que se pretende efectuar, mas também

aquele que é necessário ao objectivo final da intervenção, de informar futuros projectos ou de divulgação junto da população, caso em que deverá ser adaptado ao seu público-alvo.

Análise estratigráfica paramental

Com base no levantamento efectuado poder-se-á iniciar a análise estratigráfica paramental, durante a qual se irão individualizar, ordenar e datar as fases construtivas, destrutivas e reconstrutivas (CABALLERO ZOREDÁ, 2009), contextualizando assim todos os elementos e acções no seu contexto estratigráfico. Durante a fase de individualização dos elementos, deparamo-nos com formas comuns e familiares nas superfícies analisadas, tais como as portas e janelas e formas mais ou menos fáceis de identificar, como os diferentes aparelhos de construção e estruturas de condenação ou emparedamentos, que encerram a vida útil de determinada abertura (porta, janela, vão, poço, etc.), deixando assim de exercer a função para a qual terá sido elaborada. Deverão igualmente ser tidos em conta os próprios constituintes das estruturas e a argamassa que os une, as marcas de canteiro existentes, etc. (ROSKAMS, 2003, p. 225-226). Todos estes elementos, com os quais nos deparamos numa análise paramental e que necessitam de interpretação, atribuição cronológica e aproximação funcional, serão as unidades estratigráficas murárias, onde se incluem também as interfaces que na AA assumem grande relevância, pois são elas que determinam os momentos de acção, enquanto os aparelhos e construções em si constituem momentos de inactividade.

É necessário nesta fase efectuar uma descrição correcta e completa, sequenciada e neutra da estratificação, que deverá diferenciar as várias etapas de construção, reconstrução e remodelação do edifício, bem como as diferentes fases construtivas de uma mesma etapa, mas também reuni-las num mesmo diagrama de forma a ordenar e datar as fases e elementos não perdendo a visão de conjunto do edifício em toda a sua complexidade.

Em termos práticos, a análise estratigráfica parietal deverá: determinar as grandes fases construtivas; registar e numerar as diferentes unidades identificadas nos paramentos; analisar as relações estratigráficas possíveis entre as diferentes etapas presentes no registo e estabelecer diferentes fases ou etapas da história do edifício, materializadas num diagrama de síntese (RAMALHO, 2002, p. 21). Este registo estratigráfico, que consiste numa análise minuciosa dos paramentos, registando os processos de sobreposição, acumulação e sucessão de estratos deverá obedecer, *grosso modo*, aos princípios avançados por Harris (HARRIS, 1975, pp. 109-121; HARRIS, 1979, pp. 111-117; HARRIS, 1991), embora com necessidade de algumas adaptações.

Adaptação do método de Harris a uma intervenção em património edificado

O método de Harris é hoje o meio mais utilizado para registar, descrever e interpretar os dados recolhidos numa intervenção arqueológica, tendo sido publicado pela primeira vez em 1979 por Edward C. Harris, na sua obra "Princípios da Estratigrafia Arqueológica" (HARRIS, 1979, pp. 111-117; HARRIS, 1991). De suma importância, este método deverá ser aplicado a intervenções no âmbito da AA. Muito embora não tenha sido inicialmente desenvolvido para tal, poderá ser adaptado de forma a permitir a aplicação dos seus princípios a contextos de natureza diversa, como são aqueles constituídos por edifícios históricos.

Os princípios da sobreposição, sucessão e continuidade poderão aplicar-se na sua generalidade às intervenções em AA. Dever-se-á primeiramente procurar encontrar as relações de sobreposição, sucessão e continuidade das unidades murárias, a fim de através delas completar a sequênci estratigráfica do edifício.

O princípio da horizontalidade já terá de ser adaptado, pois a regra que se aplica a depósitos de sedimento que tendem a ser horizontais, não se aplicará da mesma forma a unidades murárias: as unidades identificadas numa estrutura, que poderão ter as formas mais diversas, não estarão necessariamente dependentes da superfície que lhes serve de base. Verificamos que este princípio poderá apenas ser aplicado de forma muito relativa quando em contexto de Arqueologia vertical, pois as estruturas originalmente em posição vertical ou horizontal também se podem inclinar por acção do Homem ou da Natureza.

O princípio da continuidade original apresenta-se em situação semelhante, uma vez que em unidades murárias a quebra na continuidade original, embora não se encontre nos termos que Harris descreve para os sedimentos, será sempre uma actividade de destruição materializada por uma interface, teoricamente de fácil identificação.

O princípio da identidade tipológica e materiais associados também deverá ser adaptado pois enquanto na Arqueologia tradicional nos habituámos a tomar como certa a regra de que uma camada estratigráfica deverá sempre ser datada pelo material mais recente nela encontrado, na AA não se poderá tomar como certo este princípio, uma vez que uma unidade estratigráfica de uma estrutura edificada poderá por vezes ser datada através do material mais antigo nela contido. Contudo, se por um lado, não se deverá tomar como originais remodelações mais recentes, por outro, a presença de um fóssil director numa determinada estrutura não implica que ela seja por ele datada, uma vez que esse material poderá ser uma reutilização. No que concerne aos materiais contidos nas unidades estratigráficas, verificamos ainda que, ao contrário do que acontece com as unidades sedimentares, os restos materiais não conferem às unidades murárias o seu carácter histórico. Este poderá ser dado pela sua técnica construtiva, por marcas de canteiro, ou outro tipo de testemunho. Não obstante, continuamos a verificar em AA a existência dos mesmos tipos de objectos móveis definidos por Harris (HARRIS, 1991, pp. 166-167): (1)

originais, que datam da mesma época de construção da estrutura em que se encontram; (2) residuais, objectos de época anterior à da construção, reaproveitados ou utilizados como material construtivo e (3) infiltrados, que foram produzidos em época posterior à da construção e que poderão ter naturezas tão diversas como um grafito num paramento ou um elemento arquitectónico embutido. O conteúdo artefactual é ainda, na obra de Harris, apontado como meio de atribuição cronológica a unidades que não se encontrem interligadas estratigraficamente (HARRIS, 1991, pp. 175-176), facto que não ocorre tão amiúde num contexto arquitectónico, mas que é passível de ocorrer. Nesses casos, será a própria técnica ou aparelho construtivo a fornecer os dados para a atribuição cronológica.

Outro dos princípios avançados por Harris a ter em conta é o da interdependência das acções: cada acção tem uma consequência e em AA isso também se verifica. Por exemplo, se se empareda uma porta, há que abri-la noutra local; se se derruba uma escada, há que construí-la noutra sítio.

Por fim, também devemos levar em conta os princípios da catástrofe e do gradualismo, pois tal como acontece na acumulação de sedimentos, um edifício também pode sofrer mudanças muito ligeiras ao longo de muito tempo ou uma mudança radical num curto espaço de tempo.

Já no que concerne às unidades estratigráficas, Harris descreve três tipos: (1) estratos de material acumulado horizontalmente ou depositados sucessivamente; (2) elementos que cortam os estratos (elementos negativos ou interfaces) e (3) elementos compostos por construções ao redor das quais se continuaram a formar mais estratos, apelidados de elementos positivos ou estratos verticais (HIRST, 1976, p. 15 em HARRIS, 1991, p. 75). Em AA as unidades murárias poder-se-ão sobrepor ou adossar, num comportamento semelhante aos estratos, enquanto as interfaces farão a distinção entre elas, muitas vezes documentando cortes e destruições. As características inerentes às unidades estratigráficas verticais, embora semelhantes àquelas que se observam nos estratos horizontais, vêm atribuir maior complexidade à leitura estratigráfica, que só será possível através da assimilação de conceitos e adaptação de princípios básicos da Arqueologia tradicional aos estratos e interfaces verticais. Se ao nível dos estratos horizontais a interpretação estratigráfica poderá, em certos casos, ser relativamente simples, ao nível dos estratos verticais ela será sempre mais complexa, quer em termos de recolha de dados como de registo, uma vez que as relações de sobreposição se poderão encontrar em todos os sentidos, sendo o mesmo válido para as interfaces. Isto é, uma estrutura poderá sobrepor-se a outra em termos de sequência estratigráfica mesmo que não esteja sobre aquela, mas posicionada lateralmente, em redor, no interior ou mesmo sob ela.

Na análise paramental a desenvolver no decurso de um trabalho de AA há que ter em conta as características comuns a todas as unidades estratigráficas, que nos fornecem dados acerca da sua forma de registo: superfície, limites, relevo e volume ou massa. No caso dos estratos verticais ou construções, a superfície não

será apenas horizontal mas, na sua grande maioria, vertical, considerando-se como posteriores as unidades que aí se encontrem adossadas. Existem também características estratigráficas que constituem a base para a elaboração da sequência estratigráfica: a posição e a cronologia de cada unidade.

Neste capítulo, há que atentar especialmente na questão da cronologia, uma vez que no caso das unidades estratigráficas verticais, poderemos ter ao mesmo tempo um objecto e um estrato, sendo que a cronologia do objecto não terá necessariamente de ser a mesma do estrato (HARRIS, 1991, pp. 81-82), uma vez que o objecto poderá ser uma reutilização, sendo nesse caso mais antigo do que o estrato, ou mesmo uma adição recente, tornando-se posterior ao estrato.

A Estratigrafia Arqueológica, é definida como o “estudo da estratificação arqueológica. Ocupa-se das relações cronológicas e sequenciais que se estabelecem entre os estratos e interfaces e da sua composição pedológica, aspecto topográfico, conteúdo artefactual ou de outro tipo e interpretação da origem dos componentes estratigráficos” (HARRIS, 1991, p. 209). Transpondo os estratos para as unidades murárias, teremos um estudo baseado nas técnicas e nos materiais construtivos. A Sequência Estratigráfica de um sítio arqueológico será então “a ordem de deposição dos estratos e da criação de elementos interfaciais num sítio ao longo do tempo; em muitos sítios estas sequências são multilíneas, devido à existência de áreas de desenvolvimento separadas” (HARRIS, 1991, p. 213), uma definição que poderemos aplicar sem reservas a uma intervenção em património edificado.

Harris afirma que esta sequência estratigráfica é o objectivo principal do estudo de um sítio (HARRIS, 1991, p. 152). Esse objectivo, no entanto, não será o de conhecer essa sequência como fim último, mas sim usá-la como meio de alcançar a história da comunidade que ali operou, os processos que levaram à sua constituição.

Bases de dados e modelos interpretativos

Através dos métodos e instrumentos/ferramentas de análise, poder-se-á então elaborar um modelo pormenorizado e interpretativo da evolução cronológica e funcional dos espaços, o qual nunca seria alcançável baseando-nos apenas na história da construção do edifício. Este modelo, ou diagrama, irá conter todas as unidades identificadas no edifício, agrupadas segundo a actividade a que pertencem e estas de acordo com a fase de construção em que se inserem. A AA afigura-se deste modo como um instrumento de registo e análise que permite a obtenção de dados rigorosos e pormenorizados, os quais deverão então ser organizados numa base de dados. Qualquer que seja o seu *layout*, a Base de Dados, deverá reunir toda a informação recolhida acerca do edifício, nomeadamente fichas de registo, descrições, relações estratigráficas, levantamentos gráficos e fotográficos e análises efectuadas.

Mas nem a metodologia arqueológica é infalível, nem os seus dados constituem um objectivo final em si mesmos. Há que interpretá-los: (1) cronologicamente, ordenando as unidades numa sequência temporal; (2) funcionalmente, compreendendo as funções e como estas se foram alterando e transformando progressivamente; e (3) culturalmente, interpretando os contextos sincrónicos que configuram a estrutura e a sociedade que lhe deu origem (CABALLERO ZOREDA, 2009a, p. 13). A partir do modelo de evolução obtido para o objecto de estudo, será então possível tecer considerações de carácter geral no que concerne aos seus habitantes, ao meio envolvente, às condições sociais, económicas, ambientais ou outras, que influenciaram a sua construção, destruição ou transformação.

O conhecimento profundo do edifício irá igualmente informar os projectos a elaborar, quer sejam de conservação e restauro, de remodelação ou alteração, bem como servir de base a outros estudos específicos dentro ou fora da área da Arqueologia. Para tal, a criação de modelos interpretativos deverá também focar-se nos aspectos específicos da estrutura alvo de estudo, que venha trazer soluções concretas para os projectos a elaborar, que exponha a totalidade da informação proveniente dos dados recolhidos e que procure responder às questões estratigráficas e cronológicas relacionadas com a ocupação do local.

Intervenções em contexto de conservação e restauro vs. de emergência

Ao analisar o tipo de intervenções levadas a cabo com metodologia própria da AA, duas evidências imediatamente se destacam: o facto de a maioria ser efectuada em contexto de conservação e restauro e o facto destas intervenções de conservação serem quase exclusivamente sobre monumentos classificados, religiosos ou militares, tais como conjuntos monásticos e castelos.

No que concerne à aplicação de metodologias próprias da AA a contextos puramente de escavação no subsolo, nomeadamente às estruturas identificadas no decurso destas intervenções, é notória a escassez de dados publicados. Como é também para os contextos de emergência que impliquem trabalhos arqueológicos em edifícios históricos, muitas vezes efectuados apenas ao nível da escavação do subsolo. Verifica-se que são poucos os trabalhos publicados inseridos neste tipo de contexto e, por outro lado, que a metodologia aplicada à análise destas estruturas pouco difere daquela que é aplicada à estratificação sedimentar do sítio, encontrando-se fraccionada e coincidindo apenas em raros pontos com a metodologia aplicada em património construído. Contrapondo as intervenções em contexto de emergência àquelas que decorrem de projectos de conservação e restauro, verificamos contudo a existência de maior número de casos, por um lado, em contexto de arquitectura civil, por outro em situações de escavação arqueológica

no decurso da qual surgem estruturas, muito embora, como referido, estas não empreguem na maior parte dos casos metodologia específica da AA.

Casos de estudo

Numa tentativa de explorar os diferentes tipos de metodologias e sua aplicabilidade a casos práticos, foram escolhidos dois contextos, intervencionados sob o ponto de vista da AA. Não importará, neste artigo, desenvolver com pormenor o enquadramento e os resultados obtidos em cada uma das intervenções, pelo que faremos uma breve descrição centrando-nos mais nos aspectos metodológicos.

A Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, Cascais

No primeiro caso encontramos a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (CNS 11273), um edifício de cariz militar cuja construção remonta ao século XV. De construção sólida em pedra e classificado como Imóvel de Interesse Público, foi alvo de um projecto de restauro e adaptação a museu, o qual ocasionou a intervenção arqueológica.

Na intervenção realizada entre 2004 e 2005³, que pretendia resolver dúvidas acerca da configuração e evolução diacrónica do conjunto edificado, foi possível aplicar uma metodologia própria da AA e fazer incidir as investigações nas estruturas relacionadas com a antiga Torre de Cascais, edifício que suscitava maiores dúvidas.

Foram abertas 18 sondagens no subsolo e diversas sondagens parietais, num esforço de percepção dos espaços ocupados quer pela Torre joanina quer pela Fortaleza filipina. Para uma melhor percepção dos momentos construtivos e das diversas remodelações, bem como das diferentes fases de ocupação, foi feita uma análise estrutural com base na picagem integral de algumas paredes. As paredes despojadas de revestimento foram observadas do ponto de vista estratigráfico, de forma a identificar todas as construções, remodelações e alterações ali presentes. Uma vez reconhecidos esses elementos, foi preenchida uma “Ficha de Estrutura” para cada um deles, da qual faziam parte todos os descritores necessários à sua caracterização. Cada uma das paredes estudadas foi igualmente registada através de desenho e fotografia. Identificados e individualizados todos os elementos construtivos e arquitectónicos nos alçados analisados, criou-se uma sequência cronológica e física da sua construção. O modelo interpretativo do edifício foi elaborado com base nos dados da leitura paramental, das sondagens no subsolo, dos materiais arqueológicos delas exumados, das análises físico-químicas efectuadas a amostras de algumas argamassas e das fontes recolhidas nos mais diversos arquivos históricos, sendo estas absolutamente determinantes para a

³ Da responsabilidade de João Pedro Cabral, Maria de Lurdes Nieuwendam e Paulo Rebelo.

compreensão de algumas fases da evolução da Fortaleza, nomeadamente para a definição da sua planta e para aprofundar conhecimentos acerca da Torre de Cascais.

Não obstante tratar-se de uma intervenção de fundo, financiada pela autarquia, os meios humanos e o prazo de execução disponíveis revelaram-se insuficientes para a escavação e/ou picagem de todas as áreas susceptíveis de fornecer informação relevante. Não sendo possível intervir na área ideal, o tempo e os meios disponíveis ditaram a estipulação de áreas essenciais. Mas a condicionante que mais afectou o desenvolvimento dos trabalhos foi o facto de, à data da intervenção, uma área considerável do edifício se encontrar habitada, condicionando o acesso a determinadas zonas do interior da Fortaleza. Por sua vez, o trabalho conjunto entre a Arqueologia e a História superou em muito as expectativas, trazendo mais-valias inquestionáveis ao desenrolar do trabalho.

Através desta intervenção, que incidiu sobretudo nas estruturas relacionadas com a Torre, obtiveram-se dados concretos acerca da sua construção. Não esquecendo os objectivos fundamentais do trabalho, originado pelo facto da autarquia pretender levar a cabo um projecto museológico no local, poder-se-á dizer que também neste aspecto a metodologia seguida proporcionou bons resultados. Os dados historiográficos obtidos anteriormente levantavam hipóteses, mais do que as comprovavam e careciam de uma intervenção de fundo que colocasse a descoberto dados arqueológicos. Foi possível caracterizar aparelhos construtivos e elementos arquitectónicos, bem como enquadrá-los num determinado momento construtivo ou fase de ocupação, o que permitiu definir as estruturas que deveriam ser mantidas, salvaguardadas e incorporadas na futura musealização do espaço, aquelas que teriam integridade e relevância suficientes para integrar o próprio espaço expositivo, mas também aquelas que poderiam ser “sacrificadas” por motivos de viabilização do projecto (CABRAL, NIEUWENDAM e REBELO, 2005; NETO *et alii*, 2007; RAMALHO, 2008).

A Rua do Jardim, nº 21, Lagos

No segundo caso, vemos como a metodologia da AA pode ser aplicada a um conjunto edificado, composto por vários edifícios não classificados que constituem um quarteirão do centro histórico de Lagos, sendo portanto o edifício sito na Rua do Jardim nº 21 (CNS 23017) exemplo de intervenção em arquitectura civil, de cariz habitacional, no espaço urbano, como meio de análise e registo de um complexo habitacional condenado à demolição.

O quarteirão limitado pelas ruas do Jardim, General Alberto da Silveira, Júlio Dantas e Travessa da Coroa, no centro histórico da cidade de Lagos, foi integralmente estudado do ponto de vista arqueológico através da intervenção arqueológica que se iniciou em Novembro de 2005, motivada por um projecto de construção que implicava a demolição total dos edifícios que ali se encontravam,

bem como o desaterro de toda a área até uma cota bastante profunda, afectando também possíveis estruturas e outros contextos existentes no subsolo.

Iniciou-se uma primeira fase de intervenção⁴ que tinha por objectivo o registo integral de todos os elementos estruturais deste conjunto, composto por uma casa apalaçada de dois andares e respectivo jardim, que se encontrava cercada por uma série de corpos anexos. Pretendia-se para além do registo, compreender o seu processo construtivo, evolução arquitectónica e técnicas empregues. Foi aplicada uma metodologia rigorosa, que permitiu a obtenção de dados suficientes para compor uma sequência cronológica e física da sua construção e caracterizar as técnicas, métodos e materiais construtivos num curto espaço de tempo e com meios humanos reduzidos, efectuando-se igualmente o registo gráfico e fotográfico de todos os espaços da estrutura edificada. Nesta primeira fase de intervenção foram abertas mais de quatro dezenas de sondagens parietais e muitas outras picagens diagnósticas, distribuídas por todos os corpos edificados. Numa segunda fase, efectuaram-se uma dúzia de sondagens de diagnóstico no solo. Pretendia-se assim esclarecer algumas das dúvidas levantadas com as sondagens parietais, bem como averiguar a existência de contextos e/ou estruturas anteriores à construção dos edifícios actuais. Entre Junho e Dezembro de 2006, efectuou-se o acompanhamento arqueológico da demolição de grande parte dos edifícios existentes, a decapagem de toda a área e posterior abertura de sondagens nos locais onde se identificaram contextos e estruturas. Os trabalhos foram retomados entre Dezembro de 2008 e Janeiro de 2009, acompanhando-se a demolição do que ainda restava da habitação principal, seguida de nova decapagem do terreno com vista à detecção de novas estruturas.

A intervenção viu-se condicionada pelo facto de um dos edifícios pertencentes ao quarteirão ter sido alvo de demolição antes do início da intervenção arqueológica. Por outro lado, um outro edifício do quarteirão encontrava-se à data da intervenção habitado e, como tal, excluído do novo projecto de construção, pelo que se manteve sempre à margem do estudo realizado para os restantes edifícios. Para além das condicionantes inerentes ao próprio espaço arqueológico, existiram outras de ordem prática, relacionadas sobretudo com a gestão do tempo e recursos, humanos e financeiros, disponíveis para a realização da intervenção. Com um prazo e uma equipa reduzidos, optou-se pela abertura das sondagens parietais, distribuídas uniformemente pelos paramentos internos e externos de todos os edifícios que compunham o quarteirão, ao invés de picagens integrais, o que permitiu cobrir maior área em mais curto espaço de tempo e com menores recursos humanos e obter assim informação, ainda que fragmentada, de todo o conjunto edificado. Tendo por única finalidade verificar adossamentos e aparelhos constitutivos no sentido de esclarecer algumas questões relacionadas com a

⁴ Sob a responsabilidade de Raquel Santos, Nuno Neto, Paulo Rebelo e Tiago Fontes, Neoépica, Lda.

evolução arquitectónica e momentos construtivos dos edifícios, fizeram-se algumas picagens diagnósticas. Uma solução que não carecia de muitos recursos financeiros e humanos, sendo efectuadas num curto espaço de tempo.

Tendo em conta que estava já prevista a total destruição do edifício, a informação recolhida entre o conjunto das sondagens (parietais e no solo) visava sobretudo a conservação da sua memória através de um estudo integral, o qual, idealmente, levaria à plena compreensão do processo construtivo, bem como dos momentos de ocupação daquele espaço. Verificou-se que o facto de se tratar de um edifício de cariz habitacional se traduzia na perda de informação documental ou outro tipo de fontes para a sua história. Mas no decurso das sondagens no solo foi recolhido um vasto espólio, constituído por milhares de fragmentos cerâmicos, vítreos, metálicos, osteológicos, malacológicos e ictiológicos, que permitiu datar com alguma segurança as fases de ocupação. Alguns materiais osteológicos provenientes de diferentes silos permitiram obter três datações de ^{14}C entre os anos 1300-1450 (dois casos) e 1410-1520⁵.

A análise estrutural, levada a cabo através do cruzamento dos dados das sondagens com a observação das plantas e alçados dos edifícios, resultou na identificação de diferentes aparelhos construtivos, revestimentos e acabamentos das paredes, pisos, tectos, beirados e telhados, levando em alguns casos a uma atribuição funcional a cada um dos tipos. O tipo de construção detectada dividia-se entre as estruturas pétreas, a taipa e o tabique. Foi possível também estabelecer uma análise evolutiva de todo o espaço, registando-se cinco fases de ocupação, desde as primeiras estruturas identificadas ao futuro projecto de construção, considerado ele próprio como a última fase, descrevendo-se também cinco momentos da sequência de construção verificada na fase mais longa, a que se refere à construção do edifício senhorial e seus anexos que ali se encontravam à data da intervenção (SANTOS, *et alii*, 2005; SANTOS e FONTES, 2008; SANTOS, *et alii*, 2007).

Análise dos dados obtidos

A AA surge essencialmente de uma consciência colectiva da necessidade de preservação do património construído, apoiada sobretudo por uma nova visão do edifício como construção histórica e estratificada, passível de análise pelos métodos científicos da Arqueologia.

⁵ Datações efectuadas no Instituto Tecnológico e Nuclear pelo Eng. António Monge Soares, divulgadas no 7º Encontro de Arqueologia do Algarve que teve lugar em Silves, em Outubro de 2009, na comunicação intitulada "A cultura material e diacronia dos silos da Rua do Jardim nº 21 (Lagos)", da autoria de Tiago Fontes e Severino Rodrigues.

Actualmente, a par de um conjunto relativamente alargado de trabalhos no âmbito da teoria, definição e metodologia da AA, encontramos vários exemplos da sua aplicação. A maioria das intervenções no campo da AA quer em Portugal, quer em outros países da Europa, não é muito diversificada, ocorrendo preferencialmente em edifícios de cariz religioso ou militar, nomeadamente igrejas, conjuntos monásticos, castelos e fortalezas. Verifica-se ainda que os edifícios intervencionados são, na sua quase totalidade, compostos por estruturas construídas em pedra. Só de entre os edifícios civis, rurais ou urbanos, encontramos alguns estudos sobre estruturas em materiais diversos, em taipa ou madeira por exemplo. As características inerentes aos edifícios intervencionados apontam também para uma esmagadora maioria de edifícios de cronologia medieval e moderna, sendo escassas as intervenções em estruturas de cronologia mais recuada, como a romana, islâmica ou ainda Pré-Histórica. Grande parte dos edifícios que sofrem ou sofreram intervenções deste género têm algum tipo de classificação sendo, como tal, protegidos por lei. Nos casos que constituem excepção à regra, ou seja, edifícios intervencionados de cariz habitacional, rural ou urbano, sem qualquer tipo de classificação, observamos uma incontornável tendência para construções de época medieval sendo, por comparação, bastante escassas as intervenções em edifícios de origem cronológica diversa.

Uma outra realidade que conseguimos observar é que as intervenções em património classificado se encontram usualmente a cargo de instituições públicas e ao abrigo de financiamentos estatais ou europeus, enquanto que as intervenções em património de cariz habitacional, não classificado, são geralmente entregues a empresas privadas de prestação de serviços de Arqueologia. Daqui resulta que muitas vezes assistimos a um maior investimento na recuperação e preservação de património classificado, por conseguinte de cariz religioso ou militar, por oposição ao património de cariz habitacional, não classificado, onde se verifica claramente um menor investimento de meios financeiros mas também humanos. A escassa informação obtida acerca de intervenções da responsabilidade de empresas privadas de Arqueologia, leva a concluir que a maioria destas empresas não efectuou até à data qualquer trabalho nesta área ou não os considerou relevantes para figurarem no *site* ou em publicações impressas a par de outro tipo de intervenções. Para mais, nenhuma empresa consultada declara no seu âmbito de actuação efectuar especificamente trabalhos de AA, embora declarem trabalhar em todas as áreas da Arqueologia e do Património.

No que respeita às motivações deste tipo de intervenção, notamos uma clara preponderância dos projectos de restauro, de transformação ou de adaptação do edifício em detrimento de uma motivação de puro conhecimento científico, que encontramos sobretudo em Espanha e Itália. Algumas intervenções são ainda justificadas pela destruição ou demolição iminente do edifício, uma situação de certa maneira paradoxal, pois assistimos a um trabalho científico motivado pelo interesse

arqueológico que determinadas estruturas possam suscitar, para de seguida sermos confrontados com a sua destruição total. A AA inclui-se assim, nestes casos, no âmbito da Arqueologia de Salvamento, uma vez que é principalmente neste tipo de contexto que identificamos a utilização dos seus métodos.

Chegamos assim ao ponto em que podemos afirmar que, no quadro actual de desenvolvimento da disciplina, é irreal falar de uma utilização sistemática de metodologia própria. Verificamos sim numerosas tentativas de minimizar os custos patrimoniais e a destruição de potenciais fontes de informação com a adaptação de algumas ferramentas da AA às condicionantes específicas do trabalho. Sabemos que a AA é uma disciplina de desenvolvimento recente que carece ainda de legislação adequada, um problema que diz respeito não só à defesa da disciplina como também (e principalmente) à do próprio património edificado. Embora possamos apontar a sua génese para a chamada de atenção da Arqueologia Medieval para o património construído e da Arqueologia Industrial para os edifícios de épocas mais recentes, encontramos na AA um caminho próprio de desenvolvimento, pontuado sobretudo por constantes tentativas de afirmação.

Esta Arqueologia da Arquitectura, Arqueologia do Edificado ou Arqueologia Parietal está ainda hoje pouco enraizada entre os profissionais de Arqueologia. Não raramente desconhecem os métodos próprios desta disciplina, agindo muitas vezes por aquilo a que poderíamos chamar “instinto arqueológico” quando confrontados com este tipo de intervenção. Efectivamente, num quadro de escassez de bibliografia específica, assim como de formação profissional direccionada para esta vertente da ciência arqueológica, o arqueólogo, ao deparar-se com uma intervenção em património construído, irá utilizar a sua formação em Arqueologia: da consciência de estar a lidar com património, constituído por estruturas edificadas potencialmente fonte de informação histórica, resultará a sua necessidade de registar, documentar, descrever, interpretar e conservar, como se de qualquer outro tipo de vestígio arqueológico se tratasse. Consequentemente, por falta de formação específica, o património construído é por vezes intervencionado de acordo com a metodologia arqueológica embora sem recurso à metodologia própria da AA.

Adaptação da metodologia empregue às condicionantes de intervenção

A metodologia aplicada num contexto arqueológico, seja ele de que natureza for, terá necessariamente de ser adaptada a cada caso concreto. Definido pela sua condição de vestígio arqueológico, qualquer edifício ou conjunto edificado será necessariamente diferente do outro, na medida em que é fruto de uma comunidade que aí espelhou a sua cultura, o seu meio envolvente e as suas particularidades sociais, económicas e técnicas. Por outro lado, qualquer intervenção arqueológica está sujeita a determinada conjuntura, a diferentes

condicionantes e meios disponíveis, pelo que a sua metodologia será sempre adaptada também a esses factores.

De entre os motivos encontrados para a realização de intervenções em património construído, registamos uma clara preponderância de projectos de conservação e restauro. Nos restantes casos, as intervenções são motivadas por projectos de adaptação a novos usos, por projectos de reabilitação da zona implicando a demolição das estruturas existentes, por escavações arqueológicas que colocam a descoberto os vestígios patrimoniais ou, em menor número, por puro interesse científico.

No que concerne aos aspectos técnicos das intervenções, embora seja difícil através da informação publicada perceber condicionantes existentes, podemos discernir que na sua maioria as intervenções estão restritas às áreas directamente afectadas, de onde resulta que muitas delas são parciais em relação à totalidade do edifício. Os meios humanos e financeiros são mais difíceis de avaliar, embora possamos afirmar que, sendo necessariamente limitados, nunca serão os ideais para uma intervenção deste tipo. Aliás, observamos que a intervenção é sempre adaptada aos meios financeiros existentes, que ditam os objectivos, a sua duração, os meios humanos e técnicos envolvidos, a metodologia, as diferentes abordagens (sondagens no solo, análises físico-químicas, datações absolutas, estudos específicos, etc.) e ainda o grau de aprofundamento necessário para a análise dos dados recolhidos e sua divulgação. Já os meios humanos estão directamente ligados aos financeiros, sendo constituídos geralmente pela equipa de Arqueologia e de Arquitectura, embora fosse desejável que as equipas incluíssem técnicos das mais diversas especialidades. Os prazos encontram-se não só dependentes dos meios financeiros como das condicionantes da própria obra, seja ela de que natureza for, verificando-se que, ao contrário do que seria expectável, a Arqueologia quase sempre entra em campo no decurso da obra e raramente antes. Uma grave lacuna que não lhe permite servir o propósito de informante do futuro projecto. Idealmente, a equipa de Arqueologia deverá entrar em campo o mais atempadamente possível, por forma a desenvolver o seu trabalho com prazos adequados e obter dados relevantes em tempo útil para que possam integrar a informação constante no projecto de restauro, reabilitação ou transformação do edifício. A AA deverá, deste modo, perseguir dois objectivos: a elaboração da história do edifício nas suas mais diversas fases e a possibilidade de fornecer dados concretos para a produção de um novo projecto para aquela estrutura.

Nos dois casos de estudo analisados vimos como pode ser aplicada a metodologia da AA a dois edifícios de características diferentes, em contextos diversos e alvos de intervenção arqueológica por motivos distintos.

Observamos também outro tipo de condicionantes e consequentes metodologias empregues nos exemplos recolhidos quer de intervenções motivadas por projectos de conservação e restauro, quer em contexto de emergência,

nomeadamente de escavação arqueológica. Em termos de tipos de estudo efectuados no âmbito da AA, consultámos os mais diversos casos, desde o simples rastreio a um dado edifício ou parte dele até ao estudo exaustivo do edifício e seu ambiente envolvente. E no que respeita à área de intervenção, verificámos que a compreensão geral do edifício em estudo pode ser gravemente truncada pela redução da área estudada, muitas vezes reduzida àquela que irá ser directamente afectada. No que concerne ao levantamento do edificado, existem bons exemplos de como não são necessárias altas tecnologias de levantamento gráfico para obter um registo rigoroso, o qual poderá ser até feito à mão. Não obstante, de acordo com os meios técnicos, financeiros e humanos disponíveis, deverá ser realizado um levantamento tão rigoroso e exaustivo quanto possível. As leituras paramentais poderão ser de diversos tipos e mais ou menos exaustivas e as sondagens no subsolo deverão ser efectuadas sempre que os meios assim o permitam, com resultados muito positivos. Encontramos ainda numerosos exemplos de estudos específicos acerca de materiais de construção, de cronotipologia ou mensiocronologia, bem como de macro e micro estratigrafia.

Modelo de aplicação de uma metodologia ideal e adaptações dadas por condicionantes específicas

De acordo com os dados obtidos, foi elaborado um Diagrama de Actividades (*vide* Diagrama 1) que tem por base a definição dos passos a ter em conta numa intervenção do âmbito da AA, estipulando ao mesmo tempo os requisitos mínimos a contemplar e aqueles que seriam considerados os ideais, muito embora raramente se reúnam as condições necessárias para tal.

Assim, para empreender um trabalho arqueológico em qualquer tipo de edifício histórico ou conjunto edificado, seja ele classificado ou não, qualquer que seja o seu material construtivo ou cronologia, será sempre necessário considerar o motivo que ocasiona essa intervenção, a partir do qual se deverão estipular os seus parâmetros mínimos. Esta motivação está, na maioria dos casos, relacionada com obras de remodelação ou de conservação e restauro do espaço, mas poderá também decorrer de uma intervenção arqueológica no subsolo que tenha colocado determinadas estruturas ou edifícios a descoberto, bem como de um projecto ou intenção previamente existente de destruição ou demolição de um dado conjunto edificado.

As condicionantes comuns a todos os trabalhos desta natureza estão relacionadas com os prazos e as verbas disponíveis e ainda com o facto da intervenção incidir sobre a totalidade do edifício ou apenas parte dele. Dispondo de um prazo curto e uma verba reduzida será necessário adaptar o tipo de estudo a efectuar bem como a equipa afectada. Se, ao invés, for possível usufruir de um prazo alargado e de elevados meios financeiros, tanto a equipa como o tipo de estudo

deverão ser dimensionados em conformidade. Para efectuar um estudo aprofundado apenas será necessário que um dos meios seja alargado (prazo ou verba), uma vez que a equipa poderá ser aumentada de forma a efectuar mais tarefas em menos tempo, da mesma forma que uma equipa reduzida poderá efectuar as mesmas tarefas num maior espaço de tempo.

No que respeita à extensão da intervenção, verificamos que o facto de esta incidir apenas em parte do edifício ou conjunto edificado irá inviabilizar à partida um estudo exaustivo, uma vez que ele será sempre fraccionado em relação à totalidade.

Ao planear o trabalho arqueológico deverá assim ser estipulado o tipo de estudo que se pretende efectuar, de acordo com o grau de pormenor exigido: (1) um simples rastreio, rápido e económico (no que diz respeito a meios financeiros, humanos e prazos); (2) um levantamento, que conta já com alguma precisão em termos de representação do edifício e seus momentos construtivos; (3) um estudo aprofundado, que exige meios alargados; (4) ou ainda um estudo exaustivo, que irá incidir sobre todos os aspectos do edifício, nas mais diversas especialidades. A decisão será tomada de acordo com o motivo da intervenção e com os meios envolvidos. Se se tratar de um projecto de restauro, por exemplo, poderá bastar um simples rastreio ou levantamento, caso os meios não permitam efectuar um estudo aprofundado. No entanto, se estiver prevista a demolição total do edifício, só um estudo aprofundado ou mesmo exaustivo poderá responder a todas as questões formuladas e permitir a criação de um modelo interpretativo válido e completo que será no futuro a única fonte de informação acerca do edifício, entretanto desaparecido. Se os meios envolvidos forem reduzidos dificilmente é possível efectuar um estudo aprofundado e se forem alargados é preferível esgotá-los numa metodologia mais exaustiva ao invés de efectuar um simples rastreio.

No que diz respeito à definição da equipa afecta ao trabalho, esta estará intimamente ligada quer aos meios disponíveis, quer ao tipo de estudo estipulado. Se os prazos e as verbas forem reduzidos, a equipa sê-lo-á também forçosamente. Já se os meios forem alargados e se se pretender efectuar um estudo exaustivo, a equipa deverá contar com Arqueólogos, Arquitectos e outros técnicos das mais diversas áreas como a História de Arte, a Fotografia, a Topografia, a Engenharia, a Informática, a Conservação e Restauro, etc. Há ainda que considerar que o próprio motivo da intervenção também terá interferência na definição da equipa: no âmbito de um projecto de restauro será sempre necessário contar com Arquitectos e Conservadores-Restauradores; no caso da demolição do edifício a intervenção arqueológica não irá necessitar do trabalho destes profissionais, nem os seus dados, de uma forma geral (embora o contrário fosse desejável), serão úteis para o trabalho de Arquitectura a efectuar, eventualmente, na mesma área.

Estipulado o plano de intervenção, os meios humanos afectos e o tipo de estudo a realizar, irão iniciar-se as diversas fases do trabalho arqueológico, sempre presentes qualquer que seja o tipo de estudo ou meios disponíveis.

A pesquisa prévia será a primeira dessas fases e deverá incluir, no mínimo, uma pesquisa bibliográfica sobre o local. A análise bibliográfica poderá, consoante o tipo de estudo e os meios disponíveis, ser completada com uma pesquisa documental, iconográfica, oral ou outra.

No caso do edifício ter sofrido remodelações recentes, nomeadamente ao nível dos rebocos e demais revestimentos, o trabalho arqueológico irá contar com uma intervenção directa sobre o edifício a fim de possibilitar a observação dos seus paramentos. As sondagens parietais serão o meio mais expedito. No entanto, uma picagem integral das paredes permite uma visão de conjunto. Já as sondagens de subsolo vêm acrescentar informação acerca da ocupação e uso do espaço impossível de obter apenas com base na estrutura edificada. A realização de picagens integrais e de sondagens no subsolo, embora desejável, estará sempre condicionada pelos meios disponíveis, pela extensão da equipa, bem como pelo tipo de estudo. Se se pretende efectuar outro tipo de estudo que não o rastreio e o edifício não apresenta as superfícies paramentais visíveis, terá de existir intervenção directa, tão detalhada quanto os meios o permitirem.

A fase de levantamento é indispensável em qualquer tipo de intervenção, quaisquer que sejam os meios disponíveis. Num simples rastreio poder-se-á efectuar apenas um levantamento fotográfico, pois este será o mínimo essencial para a representação do edifício. Outro tipo de estudo necessitará de um levantamento mais detalhado, gráfico ou topográfico, levado a cabo por meios manuais ou tecnológicos (por exemplo através de *laserscanner*), conforme o nível de pormenor exigido e os meios financeiros e humanos disponíveis. Os prazos terão influência na escolha do tipo de levantamento a realizar no sentido em que o levantamento gráfico manual será necessariamente mais demorado que um levantamento fotográfico ou mesmo um levantamento gráfico efectuado com meios tecnológicos. No entanto, estes meios serão sempre mais dispendiosos, ao mesmo tempo que exigem técnicos especializados, habilitados para os operar e deles extrair os dados adquiridos.

Tal como o levantamento, a análise paramental é também indispensável numa intervenção deste âmbito, uma vez que é ela que, na prática, proporciona os dados para a compreensão do edifício. A leitura paramental será efectuada com base nos meios disponíveis e nas fases anteriores do trabalho. O tipo de estudo a realizar, o seu prazo e verba ditarão uma leitura mais ou menos aprofundada, condicionada pela existência ou não de revestimentos parietais e pela realização ou não de picagens integrais dos paramentos. Idealmente, deverá ser realizada no local, com a observação directa das estruturas murárias. Não obstante, será possível levar a cabo a análise parietal com base no levantamento gráfico ou fotográfico. De uma forma geral, esta análise irá incluir a individualização de Unidades Estratigráficas Murárias, identificadas no levantamento produzido e descritas em fichas próprias para o efeito. Mas poderá também contar com o

agrupamento dessas unidades em fases construtivas, com a identificação dos materiais utilizados e de tipologias de aparelhos murários, ou ainda de outro tipo de elementos tais como as marcas de canteiro, por exemplo.

Terminado o trabalho de campo, teremos diferentes instrumentos de análise consoante o tipo de estudo efectuado, nomeadamente o levantamento fotográfico e a leitura paramental, bem como o levantamento gráfico, caso tenha sido efectuado. Possuiremos igualmente diversos indicadores cronológicos: (1) a cronologia relativa, dada pela simples observação das estruturas e pela pesquisa bibliográfica efectuada; (2) a estratigrafia murária, presente qualquer que seja o tipo de trabalho; (3) a análise tipológica, realizada directamente no campo ou posteriormente, com base no levantamento efectuado; e (4) as fontes bibliográficas, que contêm na maior parte dos casos informação igualmente relevante para a compreensão do edifício. De acordo com os meios disponíveis e a intervenção de campo levada a cabo, poder-se-á ainda contar com: (1) cronologias absolutas, que requerem não só meios financeiros relativamente avultados, como também a recolha prévia de amostras dos materiais passíveis de datação por métodos absolutos; (2) estratigrafia observada no subsolo, no caso de terem sido efectuadas sondagens de subsolo; (3) análise estilística, que irá sobretudo depender das próprias características do edifício estudado, mas também das competências dos profissionais envolvidos; (4) análises físico-químicas que, dependentes dos mesmos factores que as cronologias absolutas, poderão fornecer informações relevantes acerca da constituição dos materiais utilizados; e (5) outro tipo de fontes, como as iconográficas ou orais, as quais, a existir, deverão ser confrontadas e confirmadas com os dados obtidos directamente a partir do edifício.

Chegamos assim à compilação dos dados recolhidos através da intervenção com vista à criação de um modelo evolutivo do edifício, o qual será tão detalhado quanto maior for o número de instrumentos de análise e indicadores cronológicos a utilizar. O modelo evolutivo simples, criado a partir de dados escassos como aqueles recolhidos num simples rastreio, poderá ser completado com uma análise cronológica alargada, contendo não só as fases construtivas do edifício como também o processo de construção presente em cada uma delas; uma análise funcional, dada pela observação dos espaços internos, de circulação e visibilidade interior, por exemplo; e uma análise sociocultural, mais ou menos abrangente, essencial para atingir aquele que é o objectivo mais lato da Arqueologia: o conhecimento do Homem. A análise sociocultural poderá ser efectuada com base em quaisquer dados recolhidos, mais ou menos abrangentes, daí resultando que, num simples rastreio, com poucos dados objectivos, essa análise irá ter uma componente especulativa maior do que aquela que terá ao tomar por base uma maior quantidade de informação fiável, retirada directamente do edificado, resultante de um estudo aprofundado ou exaustivo. Quanto mais

detalhadas forem as análises efectuadas, mais preciso e completo será o modelo interpretativo final.

Considerações finais

Depois do exposto, será possível compreender a AA como disciplina acessória da Arqueologia, intimamente ligada a muitas outras ciências e especialidades cujo ponto comum é a intervenção sobre património construído. A aplicação desta vertente arqueológica decorre da compreensão do edifício como vestígio histórico, alterado ao longo do tempo, fruto de transformações socioculturais. Como tal, a AA utiliza métodos próprios das ciências para atingir o conhecimento do Homem e da sua Cultura através dos seus vestígios construídos, aplicando uma metodologia que permita extrair do edifício o máximo de informação para a construção de um modelo interpretativo.

Actualmente, esta disciplina é já conhecida da generalidade dos profissionais de Arqueologia, muito embora se sinta ainda alguma falta de informação e formação específica, patente em intervenções pouco metódicas. Em Portugal, assistimos nos últimos anos a um crescente esforço de difusão destes métodos particulares, verificando-se um incremento de estudos e projectos no âmbito da AA em todas as áreas da actividade arqueológica, no seio de instituições públicas ou privadas. Não obstante, se a situação portuguesa em pouco difere da de alguns países europeus, verificamos que em Itália e Espanha este tipo de intervenção tem vindo a ser aplicado há décadas. Um desenvolvimento que se observa no tipo de estudos encontrados, metódico e sistemático, depreendendo-se também uma maior aceitação da disciplina por parte dos profissionais, das autoridades ou instituições de tutela e da população em geral. Ainda assim, se a Arqueologia, na sua vertente mais tradicional, está já devidamente legislada por toda a Europa, tendo o seu lugar e importância bem definidos, o mesmo não acontece com esta sua vertente, pois a legislação específica é escassa, o que se traduz na proliferação de acções em edifícios históricos sem a devida actuação por parte da Arqueologia.

A análise dos dois casos de estudo, dos exemplos de intervenções encontrados em bibliografia específica acerca do tema e dos artigos científicos teóricos e metodológicos, permitiu a elaboração de um Diagrama de Actividades onde estão presentes as principais acções a realizar no âmbito de uma intervenção de AA. Assim, analisam-se as condições mínimas e as condições ideais para um trabalho neste contexto num diagrama que, contudo, não pretende ser fechado. Estão incluídas porém as principais condicionantes (alheias à equipa de Arqueologia) e fases do trabalho de campo, bem como os instrumentos de análise e indicadores cronológicos que irão auxiliar na elaboração do modelo interpretativo final. Da observação do diagrama percebemos os requisitos mínimos e aqueles que seriam os ideais para uma intervenção deste tipo, compreendendo ao mesmo

tempo a necessidade de executar sempre o máximo de tarefas que os meios permitem e o mínimo que o edifício e o motivo da intervenção exigem.

Pretende-se assim contribuir para uma maior difusão da disciplina, essencialmente junto dos profissionais de Arqueologia que amiúde se deparam com este tipo de trabalho, para que disponham de mais um instrumento de trabalho que lhes permita realizar escolhas informadas e metódicas. A sistematização da metodologia a empregar numa intervenção de AA, das adaptações possíveis, decorrentes de condicionantes específicas e dos contributos daí resultantes para a elaboração de uma análise final, irá contribuir também para a realização de mais trabalhos com metodologia própria desta disciplina, mais organizados e informados.

Bibliografía

- AA. VV. (1996), *Archeologia dell'Architettura*, I (suplemento de *Archeologia Medievale*, XXII), Firenze: Edizioni All'Insegna di Giglio.
- ANDRADE, M. A. E BERNARDES, J. P. (2004), "Projecto de recuperação da Casa Rural nas ruínas da villa romana de Milreu", in *Estudos/Património*, 6, Lisboa: Ministério da Cultura e IPPAR, pp. 168-171.
- AZKARATE, A. (2002), "Intereses cognoscivos y praxis social en Arqueología de la Arquitectura", in *Arqueología de la Arquitectura*, 1, Vitoria-Gasteiz: Diputació Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 55-71.
- AZKARATE, A., CABALLERO ZOREDA, L. e QUIRÓS, J. A. (coords.) (2002), *Arqueología de la Arquitectura*, 1, Vitoria-Gasteiz: Universidade do País Basco e Conselho Superior de Investigações Científicas.
- BASTOS, J. de N. (2004), "A recuperação da Casa Rural de Milreu: uma visão do projectista", in *Estudos/Património*, 6, Lisboa: Ministério da Cultura e IPPAR, pp. 172-177.
- BROGILOLO, G. P. (2002), "L'Archeologia dell'architettura in Italia nell'ultimo quinquennio (1997-2001)", in *Arqueología de la Arquitectura*, 1, Vitoria-Gasteiz: Diputació Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 19-26.
- CABALLERO ZOREDA, L. (1997), "Arqueología y arquitectura: Análisis arqueológico e intervención en edificios históricos", in *Curso As Actuacións no Patrimonio construído: un diálogo interdisciplinar (1995, Santiago de Compostela)*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, pp. 131-158 e 457-469.
- CABALLERO ZOREDA, L. (2002), "Sobre límites y posibilidades de la investigación arqueológica de la arquitectura: De la estratigrafía a un modelo histórico", in *Arqueología de la Arquitectura*, 1, Vitoria-Gasteiz: Diputació Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 83-100.
- CABALLERO ZOREDA, L. (2005), "Una aproximación a las técnicas constructivas de la Alta Edad Media en la Península Ibérica. Entre visigodos y omeyas", in *Arqueología de la Arquitectura*, 4, Vitoria-Gasteiz: Diputació Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 169-192.
- CABALLERO ZOREDA, L. (2006), "Arqueología de la Arquitectura: Conocimiento e intervención", in *Estudos/Património*, 9, Lisboa: Ministério da Cultura e IPPAR, pp. 33-43.
- CABALLERO ZOREDA, L. (2009), "Registo e interpretação do edificado histórico", comunicação proferida em Coimbra a 27 de Novembro de 2009 no âmbito do *Plano de formação Dryas'09 "Introdução à Arqueologia do Edificado"*.
- CABALLERO ZOREDA, L. (2009a), "Edificio Histórico y Arqueología: un compromiso entre exigencias, responsabilidad y formación", in *Arqueología de la Arquitectura*, 6, Vitoria-Gasteiz: Diputació Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 11-19.
- CABALLERO-ZOREDA, L., ARCE, F. e UTRERO, M. (2003), "São Gião de Nazaré (Portugal). Un tipo original de iglesia", in *Arqueología de la Arquitectura*, 2, Vitoria-Gasteiz: Universidade do País Basco e Conselho Superior de Investigações Científicas, pp. 75-79.
- CABALLERO-ZOREDA, L., ARCE, F. e UTRERO, M. (2003a), "Santa Comba de Bande (Orense). Arquitectura y documentación escrita", in *Arqueología de la Arquitectura*, 2, Vitoria-Gasteiz: Universidade do País Basco e Conselho Superior de Investigações Científicas, pp. 69-73.

- CABRAL, J. P., NIEUWENDAM, M. de L. e REBELO, P. (2005), Relatório da Intervenção Arqueológica na Fortaleza de Nossa Senhora da Luz 2004/2005. Relatório entregue ao Instituto Português de Arqueologia.
- DERIEUX, D. (2004), "L'archéologie du bâti en Europe: comparaison entre la France et la Suisse", in *Les Nouvelles de l'archéologie*, 95, pp. 47-50.
- FONTES, L. (2002), "Intervenções em conjuntos monásticos: o contributo da arqueologia", in *Estudos/Património*, 3, Lisboa: Ministério da Cultura e IPPAR, pp. 129-132.
- FONTES, L. (2005), *São Martinho de Tibães: Um sítio onde se fez um mosteiro. Ensaio em Arqueologia da Paisagem e da Arquitectura*, Lisboa: Ministério da Cultura e Instituto Português do Património Arquitectónico, 19-24, 47-164.
- FONTES, L. (2006), "Experiências portuguesas em Arqueologia da Arquitectura", in *Estudos/Património*, 9, Lisboa: Ministério da Cultura e IPPAR, pp. 44-55.
- FRANCOVICH, R. e BIANCHI, G. (2002), "L'archeologia dell'elevato come archeologia", in *Arqueologia de la Arquitectura*, 1, Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco e Instituto de Historia/Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 101-111.
- HARRIS, H. C. (1979), "The Laws of Archaeological Stratigraphy", in *World Archaeology*, vol. XI, nº 1, , pp. 111-117.
- HARRIS, E. C. (1991), *Principios de Estratigrafía Arqueológica*, Barcelona: Editorial Crítica.
- HIRST, S. (1976), *Recording on Excavations I: The Written Record*, Rescue: Hertford.
- LOPES, G. (2008), "A Ermida de Santo André do Outeiro de Montemor-o-Novo: alguns dados de Arqueologia da Arquitectura", in *Apartamentos de Arqueologia e Património*, 3, Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica – NIA, pp. 73-82.
- LÓPEZ OSORIO, J. M. e TORRES CARBONELL, J. M. (2008), "El análisis estratigráfico del baño árabe de Churriana de la Veja (Granada): la síntesis del conocimiento como base del proyecto de restauración", in *Arqueología de la Arquitectura*, 4, Vitoria-Gasteiz: Diputació Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 187-206.
- LÓPEZ MULLOR, A. (2002), "Veinte años después", in *Arqueología de la Arquitectura*, 1, Vitoria-Gasteiz: Diputació Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 159-174.
- MAÑANA BORRAZÁS, P., BLANCO ROTEÁ, R. e AYÁN VILA, X. (2002), "Arqueotectura I: Bases teórico-metodológicas para una Arqueología de la Arquitectura", in *TAPA Trabajos de Arqueología e Património*, 25, Santiago de Compostela: Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe, pp. 11-99.
- MANNONI, T. e BOATO, A. (2002), "Archeologia e storia del cantiere di costruzione", in *Arqueología de la Arquitectura*, 1, Vitoria-Gasteiz: Diputació Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 39-53.
- MELO, Â. (2005), "Sé do Porto. Intervenções", in *Património Estudos. Intervenções em Património*, 8, Lisboa: IPPAR, pp. 5-11.
- MURILLO, J. I. e UTRERO AGUDO, M. A. (2008), "El Protorrománico y el Románico en Santiago del Burgo (Zamora). Dos proyectos, una iglesia", in *Arqueología de la Arquitectura*, 5, Vitoria-Gasteiz: Diputació Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 91-114.

- NETO, N., REBELO, P., SANTOS, R., FONTES, T., RAMALHO, M. de M. (2007), "Intervenção Arqueológica na Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (Cascais). Contribuições para a sua análise evolutiva e etrusal", in *Estudos/Património*, 10, Lisboa: Ministério da Cultura e IPPAR, pp. 185-197.
- PALMER, M. e NEARVERSON, M. (1998), *Industrial Archaeology, Principles and practice*, London: Routledge.
- QUIRÓS CASTILLO, J. A. (2002), "Arqueología de la Arquitectura en España", in *Arqueología de la Arquitectura*, 1, Vitoria-Gasteiz: Diputació Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 27-38.
- RAMALHO, M. D. M. (2002), "Arqueologia da Arquitectura: o método arqueológico aplicado ao estudo e intervenção em património arquitectónico", in *Estudos/Património*, 3, Lisboa: IPPAR, pp. 19-29.
- RAMALHO, M. M. (2004), "Os primeiros passos da Arqueologia da Arquitectura no âmbito do Instituto Português do Património Arquitectónico", in *Arqueología de la Arquitectura*, 3, Vitoria-Gasteiz: Diputació Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 145-153.
- RAMALHO, M. M. (2005), "Potencialidades da Arqueologia da Arquitectura: A experiência do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico", in *Pedra & Cal. Revista da Conservação do Património Arquitectónico e da Reabilitação do Edificado*, Ano VI – nº 25, Lisboa: GECORPA – Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, pp. 10-11.
- RAMALHO, M. de M. e NETO, N. (2008) "As traçarias da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz", in *Arqueologia Medieval*, 10, Mértola: Edições Afrontamento, pp. 215-222.
- ROSKAMS, S. (2003), *Teoría y Práctica de la Excavación*, Barcelona: Crítica Arqueología.
- SANTOS, R., et alii (Dez. 2005), *Intervenção arqueológica na Rua do Jardim, n.º 21, Lagos (1ª fase)*, Lisboa. Relatório entregue ao Instituto Português de Arqueologia.
- SANTOS, R., FONTES, T., REBELO, P. e NETO, N. (2007), "Intervenção Arqueológica na Rua do Jardim, Lagos", in *Pedra & Cal. Revista da Conservação do Património Arquitectónico e da Reabilitação do Edificado*, Ano IX – nº 35, Lisboa: GECORPA – Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, pp. 28-29.
- SANTOS, R. e FONTES, T. (2008), "Intervenção arqueológica na Rua do Jardim, nº 21. Centro Histórico de Lagos", in *Xelb 8. Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 25 a 27 de Outubro 2007)*, Silves: Câmara Municipal de Silves, pp. 341-363.
- TABALES RODRÍGUEZ, M. A., POZO BLÁZQUEZ, F. e OLIVA ALONSO, D. (Coords.) (2002), "El Cuartel del Carmen de Sevilla", in *Análisis Arqueológico*, 4, Sevilla: Junta de Andalucía e Consejería de Cultura.
- TEICHNER, F. (2004), "Breve descrição dos vestígios arqueológicos identificados sob a Casa Rural de Milreu (Estoi, Faro)", in *Estudos/Património*, 6, Lisboa: Ministério da Cultura e IPPAR, pp. 157-161.
- WEVERS, L. (2002), "A aplicação da arqueologia da arquitectura nos Países Baixos: Organização e casos práticos", in *Estudos/Património*, 3, Lisboa: Ministério da Cultura e IPPAR, pp. 133-143.

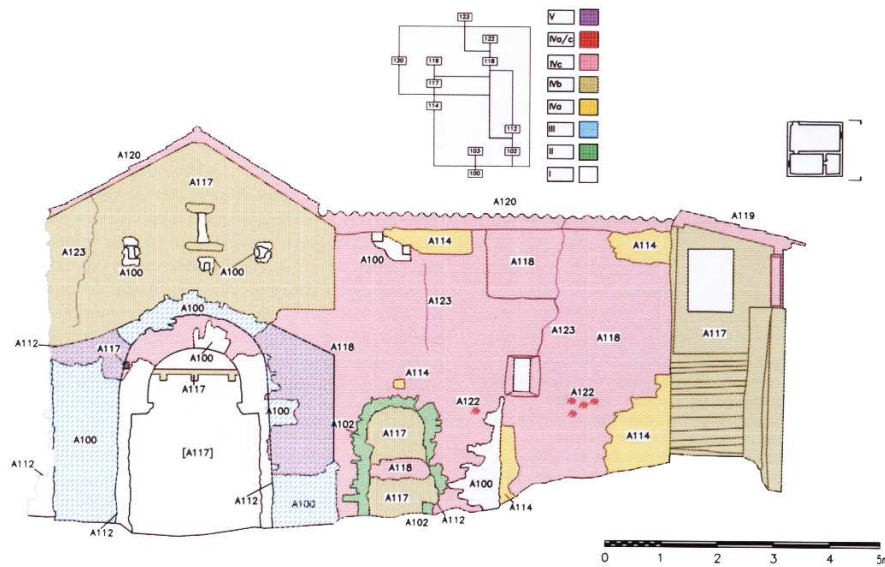


Fig. 1. Alzado este exterior

Figura 1 – Leitura paramental e sequência estratigráfica da Igreja de São Gião da Nazaré (Fonte: CABALLERO ZOREDA, *et alii*, 2003a, p. 76).

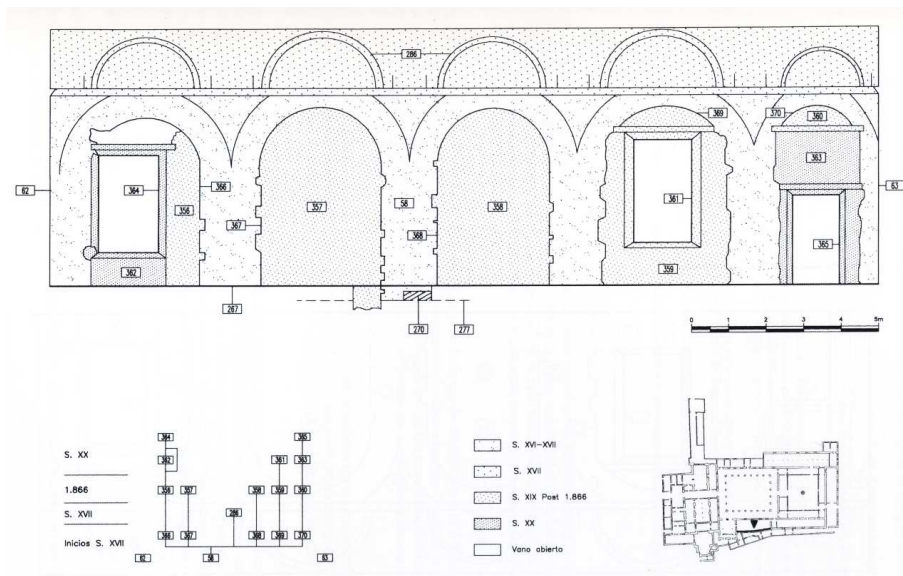


Figura 2 – Levantamento gráfico com análise estrutural de um dos paramentos no Cuartel del Carmen, Sevilha (Fonte: TABALES RODRÍGUEZ, *et alii*, 2002, p. 62).

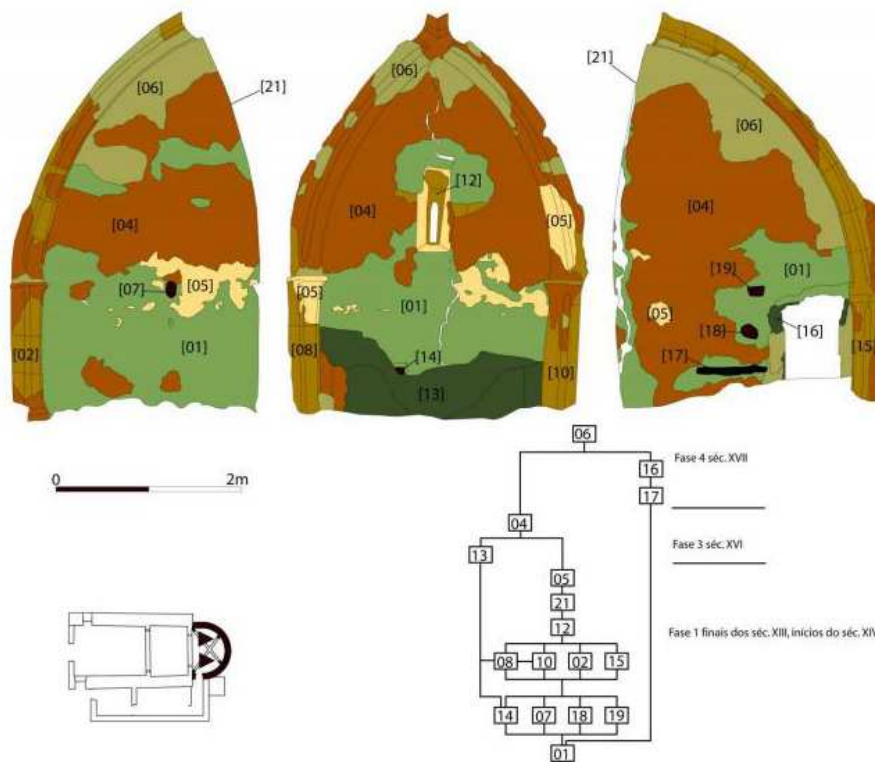


Figura 3 – Registo gráfico e estratigráfico com evolução cronológica da ábside da Ermida de Santo André do Outeiro, Montemor-o-Novo (Fonte: LOPES, 2008, p. 75).

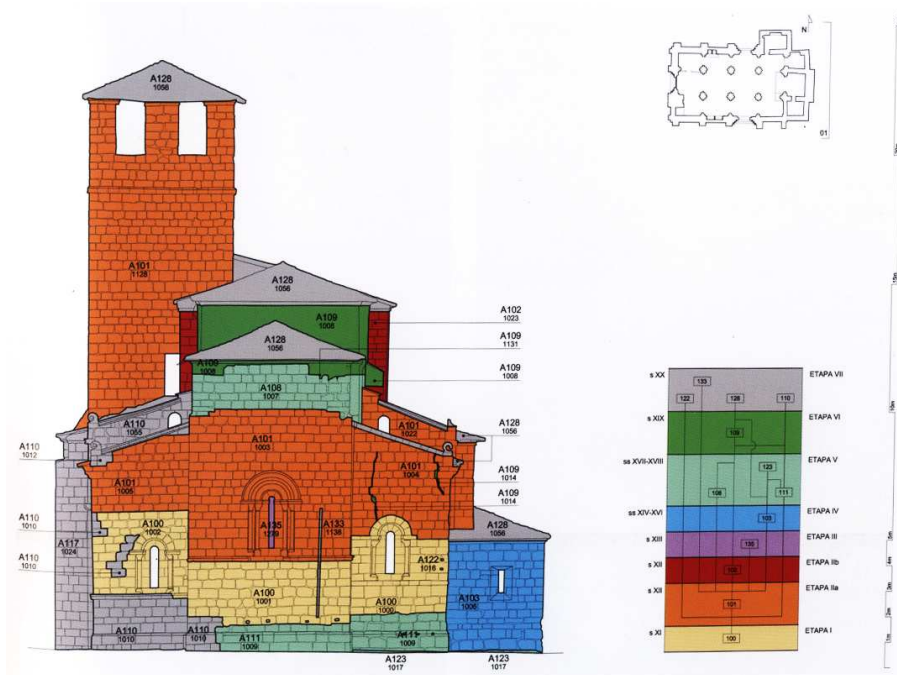


Figura 4 – Exemplo de análise estratigráfica. Plano conjunto de Unidades Estratigráficas Murárias e Actividades (A) do alçado Este de Santiago del Burgo (Fonte: MURILLO FRAGERO e UTRERO AGUDO, 2008, p. 95).

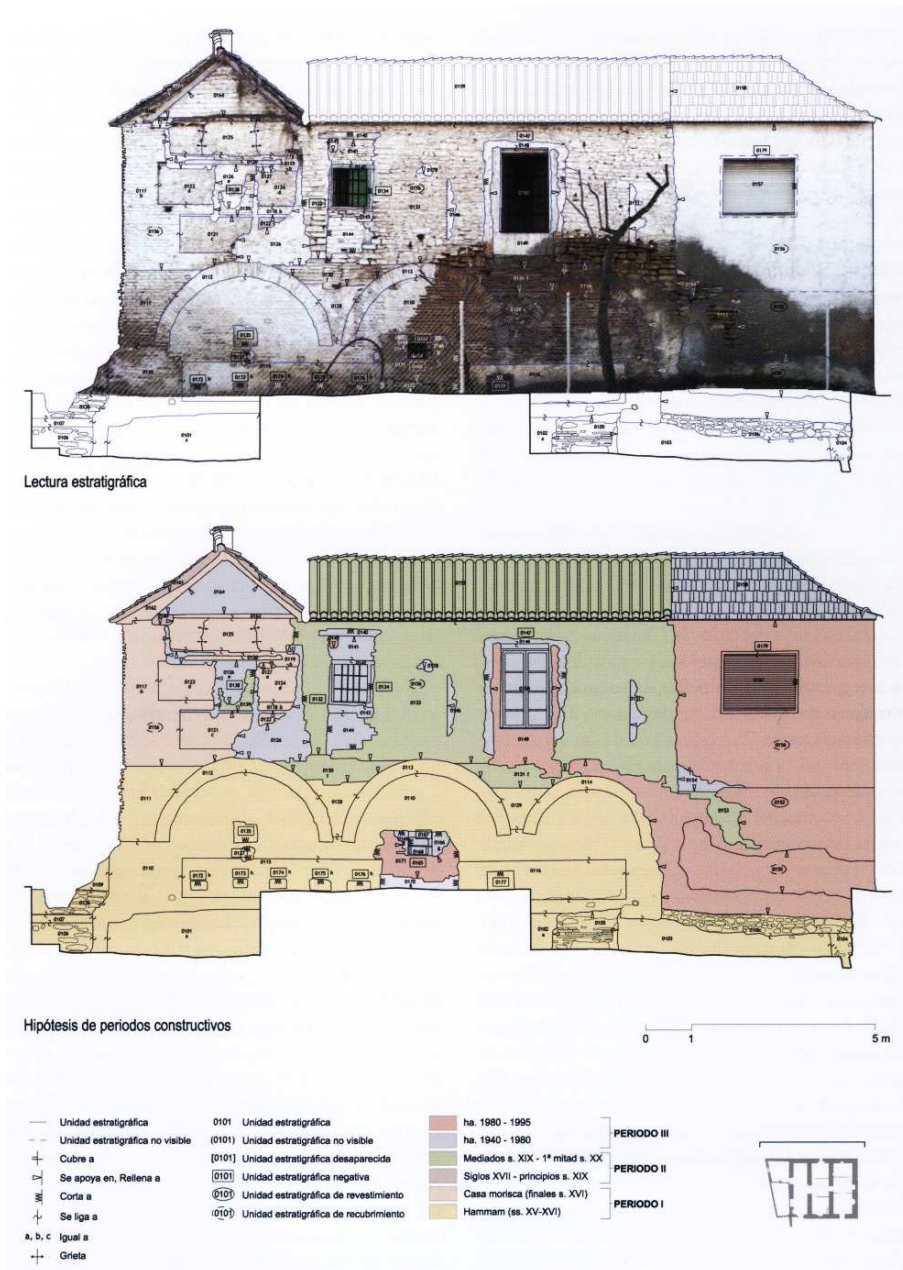


Figura 5 – Exemplo de análise estratigráfica. Paramento externo da fachada Norte do edifício dos banhos de Churriana de la Veja (Fonte: LÓPEZ OSORIO e TORRES CARBONELL, 2008, p. 200).



Figura 6 – Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, Cascais. Piso térreo da Torre, parede Nordeste – Análise evolutiva (Fonte: Autora).

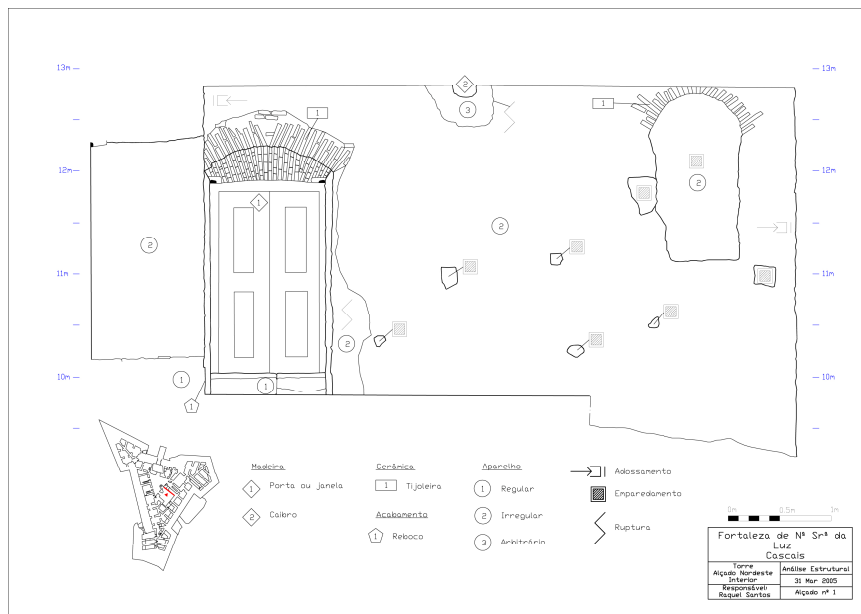


Figura 7 – Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, Cascais. Piso térreo da Torre, parede Nordeste – Análise estrutural (Fonte: Autora).



Figura 8 – Rua do Jardim, nº 21, Lagos. Sondagens diagnóstico efectuadas no interior dos edifícios. Compartimento 14, onde se notam os vestígios de um anterior telhado (Fonte: Autora).



Figura 9 – Rua do Jardim, nº 21, Lagos. Sondagens diagnóstico efectuadas no interior dos edifícios. Compartimento 2 (Fonte: Autora).

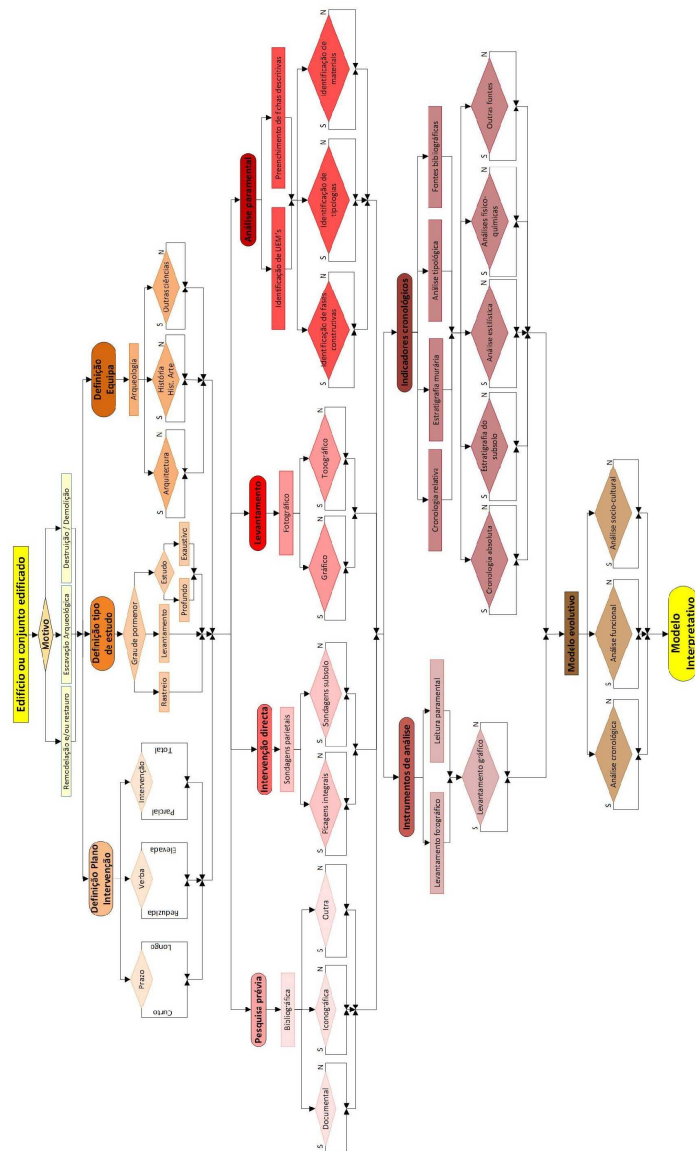


Figura 10 – Diagrama de actividades a desenvolver numa intervenção em Arqueologia da Arquitectura.

